

UNIVERSIDADE DE LISBOA
FACULDADE DE PSICOLOGIA



**VINCULAÇÃO DO ADULTO AO PAI E À MÃE E
VINCULAÇÃO DA CRIANÇA: QUE RELAÇÃO?**

Marta Alexandra Martins Gonçalves

MESTRADO INTEGRADO EM PSICOLOGIA

**(Área de Especialização em Psicologia Clínica e da Saúde - Psicologia Clínica
Dinâmica)**

2019

UNIVERSIDADE DE LISBOA
FACULDADE DE PSICOLOGIA



**VINCULAÇÃO DO ADULTO AO PAI E À MÃE E
VINCULAÇÃO DA CRIANÇA: QUE RELAÇÃO?**

Marta Alexandra Martins Gonçalves

Dissertação orientada pela Prof. Doutora Salomé Vieira Santos

MESTRADO INTEGRADO EM PSICOLOGIA

**(Área de Especialização em Psicologia Clínica e da Saúde - Psicologia Clínica
Dinâmica)**

2019

*We are moulded and remoulded by those who have loved us;
and though the love may pass,
we are nevertheless their work, for good or ill.*

François Mauriac

Agradecimentos

Quero começar por agradecer à Prof. Doutora Salomé Vieira Santos por toda a paciência, orientação, conhecimento e apoio dado ao longo do desenvolvimento deste trabalho, tornando-o sempre melhor através da sua exigência, que tanto me fez crescer durante este ano. Sem si, não seria possível apresentar este trabalho.

Aos meus pais, que sempre fizeram de tudo para eu ser a melhor versão de mim, dando-me “colo” quando mais precisava, celebrando as minhas conquistas e apoiando-me nas minhas derrotas.

À minha irmã, que sempre foi a minha parceira, e, mesmo em silêncio e sem saber, esteve presente nos momentos mais difíceis, tornando-os mais fáceis.

À Ana, ao Caldeira, à Catarina, à Gisela, à Marta e à Mourão, por terem sido o meu pilar durante estes cinco anos. Por terem acreditado sempre em mim quando não o fiz e por me terem dado a força quando mais precisei. Levo-vos comigo para a vida.

À Carolina e ao Sérgio, que já me acompanham há tantos anos e que se mantiveram ao meu lado ao longo deste percurso, auxiliando-me nos momentos mais complicados e nunca se esquecendo de mim durante as minhas ausências.

Ao Bernardo, por todo o amor e carinho dado que me permitiu ver coisas em mim que nunca tinha visto. Nunca me deixou desistir, dando-me força e motivação, sendo a minha vela nos momentos mais escuros.

À minha família, avós, primos, padrinhos e tios, por terem estado ao meu lado neste caminho, torcendo sempre por mim e mostrando o orgulho que sentiam no meu percurso.

Ao meu avô Porfírio, que já não consegui ver-me terminar esta etapa, como tanto queria. Muito do que sou é devido a ti. Obrigada por tudo o que me deixaste e por continuares a olhar sempre por mim.

A todos os meus amigos, que, mesmo longe, estiveram sempre presentes para uma palavra de força e conforto, encorajando-me a seguir sempre em frente.

A todas as mães e pais, que tiraram um pouco do seu tempo e participaram neste estudo, permitindo que o mesmo se realizasse, e a todas as profissionais dos centros de tempos livres que visitei, por aceitarem colaborar e permitirem a ponte entre mim e os pais.

Um enorme obrigada a todos.

Resumo

A presente investigação visa o estudo da vinculação do adulto ao pai e à mãe e a vinculação da criança (percepção parental), em grupos de mães e pais de crianças com 6 a 12 anos de idade. Pretende-se: analisar, comparativamente, os dois grupos (mães/pais) em ambas as dimensões; analisar, em cada grupo, quer a relação entre elas, quer a relação da vinculação da criança com variáveis familiares (número de filhos, cuidador principal e gravidez planeada). No estudo participaram 138 indivíduos, 74 mães e 64 pais. Foram utilizados o Questionário de Vinculação ao Pai e à Mãe, o Inventário sobre a Vinculação para a Infância e Adolescência e um Questionário Sociodemográfico e de Desenvolvimento. Os resultados obtidos mostraram que as mães e os pais se distinguem significativamente na vinculação ao pai e à mãe, apresentado as mães níveis mais elevados de Inibição da Exploração e Individualidade e de Ansiedade de Separação, na relação com ambos os progenitores. Na percepção da vinculação da criança, não se obtiveram diferenças significativas entre os grupos. Verificou-se, no grupo de pais, uma associação positiva da Ansiedade de Separação (na relação com o pai) com a vinculação Ansiosa-Ambivalente e Evitante da criança; no grupo de mães obtiveram-se associações (significativas e marginalmente significativas), da Qualidade de Laço Emocional (na relação com ambos os pais) com a vinculação Segura da criança (positivas) e com a vinculação Ansiosa-Ambivalente (negativas), e da Inibição da Exploração e Individualidade (também na relação com ambos os pais) com a vinculação Ansiosa-Ambivalente (positivas). Relativamente à relação com variáveis familiares, obtiveram-se associações somente do número de filhos com a vinculação da criança (Ansiosa-Ambivalente no grupo de mães e Segura no grupo de pais).

Palavras-Chave: vinculação do adulto ao pai e à mãe; vinculação da criança; pais; mães; crianças em idade escolar

Abstract

The present research focuses on the study of adult attachment to father and mother and parents' own perception of the child's attachment, in groups of mothers and fathers of children aged between 6 and 12 years. The study seeks: to analyse, comparatively, the two groups (mothers/fathers) in both of the above dimensions; to analyse, in each group, the relationship between these two dimensions and between the child's attachment and family variables (number of children, main caregiver and planned pregnancy). In this study 138 individuals participated, 74 mothers and 64 fathers. The Father/Mother Attachment Questionnaire, the Inventory of Attachment in Childhood and Adolescence and a Sociodemographic and Developmental Questionnaire were used. The results showed that mothers and fathers differentiated significantly regarding attachment to father and mother, with mothers presenting higher levels of both Inhibition of Exploration and Individuality and Separation Anxiety, in their relationship with both parents. As for parents' perception of the child's attachment, no significant differences were observed between the groups. In the fathers' group, a positive association of Separation Anxiety (in the relationship with the father) with both the Anxious/Ambivalent attachment and Avoidant attachment of the child was found; in the mothers' group associations were observed (significant and marginally significant) between Quality of the Emotional Bond (in the relationship with both parents) and the Secure Attachment (positive) and Anxious/Ambivalent attachment (negative) of the child, and between Inhibition of Exploration and Individuality (also in the relationship with both parents) and the Anxious/Ambivalent attachment (positive) of the child. As far as family variables are concerned, associations were only obtained with the number of children and the child's attachment (Anxious/Ambivalent in the mothers' group and Secure in the fathers' group).

Keywords: adult attachment to father and mother; child attachment; fathers; mothers; school-aged children

Índice

Nota Introdutória.....	1
1. Introdução	3
1.1 Vinculação: Considerações Gerais.....	3
1.2 Vinculação na Infância.....	4
1.2.1 Desenvolvimento da Vinculação.....	4
1.2.2 Padrões de Vinculação	5
1.2.3 Modelos Internos Dinâmicos	8
1.3 Vinculação do Adulto.....	8
1.3.1 Características e Estilos de Vinculação	8
1.3.2 Vinculação do Adulto ao Pai e à Mãe	10
1.3.3 Representações de Prestação de Cuidados e Transmissão Intergeracional da Vinculação	12
1.4 Relação entre Vinculação do Adulto (Parental) e Vinculação da Criança.....	14
1.5 Relação entre Vinculação da Criança e Variáveis Familiares.....	16
2. Objetivos e Hipóteses	18
3. Método	20
3.1 Participantes	20
3.2 Instrumentos	21
3.2.1 Questionário de Vinculação ao Pai e à Mãe	21
3.2.2 Inventário sobre a Vinculação para a Infância e Adolescência	22
3.2.3 Questionário Sociodemográfico e de Desenvolvimento	23
3.3 Procedimento.....	23
3.4 Procedimentos Estatísticos.....	24
4. Resultados	25
4.1 Análise Comparativa dos Grupos (Mães e Pais) na Vinculação do Adulto ao Pai e à Mãe e na Perceção da Vinculação da Criança.....	25
4.1.1 Vinculação do Adulto ao Pai e à Mãe	25
4.1.2 Perceção da Vinculação da Criança.....	26
4.2 Correlações entre a Vinculação do Adulto ao Pai e à Mãe e a Perceção da Vinculação da Criança	26
4.2.1 Mães.....	26
4.2.2 Pais.....	27
4.3 Correlações entre a Vinculação da Criança e as Variáveis Familiares	28

4.3.1 Mães.....	29
4.3.2. Pais.....	29
5. Discussão	31
5.1 Comparação entre as Mães e os Pais na Vinculação ao Pai e à Mãe e na Percepção da Vinculação da Criança	31
5.1.1 Vinculação ao Pai e à Mãe	31
5.1.2 Percepção da Vinculação da Criança.....	32
5.2 Relação entre a Vinculação do Adulto ao Pai e à Mãe e a Percepção da Vinculação da Criança	33
5.3 Relação entre Percepção da Vinculação da Criança e Variáveis Familiares	35
6. Conclusão.....	37
Referências.....	41

Índice de Quadros

Quadro 1 - Nível de Escolaridade das Mães e dos Pais – Frequências e Percentagens (%) ..	20
Quadro 2 - Comparação entre as Mães e os Pais na Vinculação do Adulto ao Pai e à Mãe (QVPM) – Médias, Desvios-Padrão, Valores de t e Valores de p	25
Quadro 3 - Comparação entre as Mães e os Pais na Perceção da Vinculação da Criança (IVIA) – Médias, Desvios-Padrão, Valores de t e Valores de p.....	26
Quadro 4 - Correlações entre a Vinculação do Adulto ao Pai e à Mãe (QVPM) e a Perceção da Vinculação da Criança (IVIA) no Grupo de Mães.....	27
Quadro 5 - Correlações entre a Vinculação do Adulto ao Pai e à Mãe (QVPM) e a Perceção da Vinculação da Criança (IVIA) no Grupo de Pais.....	28
Quadro 6 - Correlações entre a Perceção da Vinculação da Criança (IVIA) e as Variáveis Familiares (Número de Filhos, Cuidador Principal e Gravidez Planeada) no Grupo de Mães.....	29
Quadro 7 - Correlações entre a Perceção da Vinculação da Criança (IVIA) e as Variáveis Familiares (Número de Filhos, Cuidador Principal e Gravidez Planeada) no Grupo de Pais.....	30

Nota Introdutória

O estudo que se apresenta enquadra-se numa investigação mais alargada no âmbito da parentalidade e, em termos gerais, foca a vinculação, centrando-se na vinculação do adulto ao pai e à mãe e na perceção parental da vinculação da criança, especificamente em mães e pais de crianças com idade escolar.

No final da década de 50, John Bowlby define as bases da teoria da vinculação após se ter interessado pela relação primária e, em particular, pelas consequências negativas para a criança da separação do cuidador nos primeiros anos (R. Bowlby, 2004). Desde então, tem sido desenvolvida extensa investigação neste domínio, aprofundando-se o conhecimento no âmbito da vinculação da criança e do adulto.

Após o nascimento, o bebé irá formar uma relação de vinculação com o seu cuidador, procurando-o em momentos de ameaça e perigo, com vista a encontrar conforto e segurança (Ainsworth, 1989; J. Bowlby, 1982, 1988; Weinfield, Sroufe, Egeland, & Carlson, 2008). Através das repetidas interações com o cuidador, a criança irá perceber o que pode esperar dos outros, ajustando o seu comportamento a essas expectativas, e formará o que J. Bowlby designa como modelos internos dinâmicos (J. Bowlby, 1982; ver também Hazan & Shaver, 1994), i.e., modelos de relação que a criança constrói, e que operam no sentido de a orientar na perceção e forma de se comportar com os outros, que irão influenciar as relações interpessoais futuras. As relações de vinculação têm uma continuidade ao longo da vida, começando com os pais/cuidadores e continuando com amigos e, posteriormente, com os parceiros românticos (Bretherton & Munholland, 2008).

Para além da continuidade nestas relações, a vinculação tem ainda um papel importante na interação que o adulto estabelece com os filhos, uma vez que a forma como cuida destes é influenciada pelo seu próprio estilo de vinculação e pelo modo como foi cuidado na infância (J. Bowlby, 1982, George & Solomon, 1996, 2008). Assim, a perspetiva que o adulto tem de si próprio como cuidador e a perspetiva que tem dos outros como merecedores desses cuidados são influenciadas pela vinculação tida precocemente com os cuidadores (George & Solomon, 1996), salientando-se que as representações de vinculação da infância modelam as representações de cuidado (e.g., J. Bowlby, 1982; George & Solomon, 1996), o que influencia a relação da/do mãe/pai com a criança e, consequentemente, a vinculação desta. Esta continuidade entre a vinculação dos pais e a dos filhos tem sido designada como transmissão intergeracional (e.g., Belsky, 2003; Fonagy, Steele, & Steel, 1991; George & Solomon, 1996;

Steel, Steel, & Fonagy, 1996; Van IJzendoorn, 1995), apesar de ainda não ser muito claro como ela se processa.

O presente estudo procura dar um contributo para um melhor entendimento da relação entre a vinculação do adulto ao pai e à mãe (ao longo do crescimento) e a percepção da vinculação da criança no momento atual, esperando contribuir também para aprofundar o estudo de cada uma destas dimensões, em particular da primeira, insuficientemente estudada em mães e pais quando avaliada com o Questionário de Vinculação ao Pai e à Mãe [QVPM; Gouveia & Matos, 2011; ver Matos, 2002], instrumento usado neste estudo. Adicionalmente, espera-se dar um contributo para aumentar o conhecimento relativo ao pai na área da vinculação, já que a mãe tem sido claramente mais valorizada do ponto de vista empírico. De forma mais específica, pretende-se estudar a relação entre as referidas dimensões em mães e pais de crianças em idade escolar (6-12 anos), bem como as diferenças entre eles nestas dimensões, e ainda a relação da percepção parental da vinculação da criança com variáveis familiares (número de filhos, cuidador principal e gravidez planeada).

Esta dissertação está organizada em seis pontos. O primeiro inclui a revisão de literatura sobre a vinculação, focando a vinculação na infância e no adulto, do ponto de vista concetual e empírico. O ponto seguinte integra a apresentação dos objetivos e respetivas hipóteses, sustentadas pela revisão de literatura prévia. O terceiro ponto foca o método, com uma caracterização dos participantes, dos instrumentos utilizados e dos procedimentos usados para a recolha e análise dos resultados, sendo esta análise desenvolvida no ponto seguinte. O penúltimo ponto compreende a discussão dos resultados obtidos e o último as principais conclusões do estudo, integrando ainda as limitações do mesmo e propostas de estudos futuros.

1. Introdução

1.1 Vinculação: Considerações Gerais

O ser humano procura a relação com o outro desde o nascimento, existindo uma necessidade inata de busca de contato que leva o bebê a contar com uma figura que satisfaça as suas necessidades (J. Bowlby, 1958, 1982, 1988; Hazan & Shaver, 1994). A relação estabelecida entre a mãe e o bebê ao longo dos primeiros meses de vida irá influenciar o funcionamento posterior da criança, desde a infância até à idade adulta (e.g., Canavarro, 1999; Carvalho, 2007). O objetivo de procura de proximidade com o outro, subjacente ao que se designa como vinculação (Ainsworth, 1989; J. Bowlby, 1982, 1988), mantêm-se ao longo da vida, apenas se alterando as características do comportamento associado (e.g., J. Bowlby, 1982; George & Solomon, 2008). A vinculação remete para um vínculo afetivo com a figura de vinculação preferencial, não substituível por outra, ainda que possam existir várias figuras em simultâneo (e.g., Ainsworth, 1989; Matos & Costa, 1996).

J. Bowlby foi pioneiro no estudo da vinculação, defendendo que a criança irá desenvolver uma relação de vinculação com o seu cuidador, o qual é procurado em momentos de perigo ou desafio, com o objetivo de a criança encontrar conforto e segurança (J. Bowlby, 1958, 1982, 1988; ver também Weinfield et al., 2008). O autor refere que existe uma diferença entre dependência e vinculação, uma vez que neste caso a criança procura a mãe com o objetivo de alcançar proximidade com ela e não apenas por depender dela para satisfazer as suas necessidades (J. Bowlby, 1958). O sistema de vinculação (que compreende um conjunto de comportamentos de vinculação) é fundamental para o bebê, já que o ajuda a manter uma proximidade/contato com pessoas significativas, tendo uma função vital na sua sobrevivência (Ainsworth, 1989; J. Bowlby, 1982, 1988). O sistema da vinculação está sempre ativo, mas a sua intensidade vai sendo alterada conforme a avaliação que é feita pela criança do meio que a rodeia (e.g., J. Bowlby, 1982; Jones, Cassidy, & Shaver, 2014).

Três comportamentos específicos permitem distinguir a vinculação de outros vínculos relacionais; são eles: a procura de proximidade, o efeito de base segura da figura de vinculação que possibilita à criança explorar o mundo que a rodeia, e o protesto aquando a separação face à mesma (J. Bowlby, 1982; Weiss, 1982, citado por Weiss, 1991).

A importância das relações de vinculação vai manter-se durante toda a vida (e.g., Ainsworth, 1989; J. Bowlby, 1982), salientando diversos autores a sua relevância para o desenvolvimento e saúde mental do indivíduo (e.g., Canavarro, 1999; Machado, 2009; Matos & Costa, 1996; Santiago, Bucher-Maluschke, Alexandre, & Branco, 2017).

1.2 Vinculação na Infância

1.2.1 Desenvolvimento da Vinculação

Nos primeiros meses de vida o bebê depende totalmente do cuidador para sobreviver, sendo, por isso, crucial a disponibilidade deste para satisfazer as suas necessidades (J. Bowlby, 1958, 1982). Se o cuidador atender a estas necessidades de forma adequada, o bebê irá desenvolver com ele uma relação de vinculação, vindo a reconhecer que a gratificação tem origem no cuidador (J. Bowlby, 1958, 1982). Com efeito, através de interações repetidas com a figura que presta cuidados, o bebê começa a reconhecer e a antecipar o comportamento desta figura, identificando-a como cuidador principal (Weinfield et al., 2008), e, com o passar dos meses, a vinculação à figura de vinculação, geralmente a mãe, começará a ser mais forte e a consolidar-se (J. Bowlby, 1982).

A criança dispõe, desde o nascimento, de comportamentos que se destinam a favorecer a proximidade com o cuidador, mas estes comportamentos não são, inicialmente, direcionados a uma pessoa específica (Ainsworth, 1989). J. Bowlby (1958, 1982) menciona cinco comportamentos do bebê promotores da vinculação - chorar, sorrir, seguir, agarrar e chupar. Os comportamentos de vinculação são considerados inatos e têm como função ligar a criança ao cuidador, bem como promover a ligação da mãe ao bebê (J. Bowlby, 1958, 1982). No entanto, o autor salienta que, no início, comportamentos como vocalizar e sorrir para a mãe não são logo considerados comportamentos de vinculação, dada a ausência de prova de que o bebê reconheça a mãe e tenha este tipo de comportamentos para manter a proximidade, estando o sistema de vinculação ainda inativo. Com efeito, J. Bowlby (1982) defende que, inicialmente, a mãe é a principal responsável pela manutenção da proximidade e só pouco a pouco o bebê mostra vontade de manter esta proximidade, desenvolvendo-se ela ao longo do tempo. Com a evolução da perspetiva de J. Bowlby, os cinco comportamentos referidos anteriormente continuaram a ter uma grande importância para o desenvolvimento da vinculação, no entanto, vêm a integrar um sistema mais sofisticado, entre os nove e os dezoito meses, em que o comportamento da criança passa a ser “corrigido” em função dos objetivos que tem para a aproximação à figura de vinculação (J. Bowlby, 1982).

Apesar da importância dada à mãe, J. Bowlby (1982) frisa igualmente o papel ativo do bebê na construção da vinculação. De acordo com o autor, através dos comportamentos de vinculação o bebê “controla” as ações do cuidador, uma vez que o “obriga” a interagir com ele com o objetivo de satisfazer as suas necessidades. Assim, J. Bowlby (1982) afirma que o padrão de interação desenvolvido entre a mãe e o bebê é o resultado dos comportamentos de cada um, influenciando-se mutuamente e tendo ambos a responsabilidade de manter a proximidade.

J. Bowlby (1982) apresenta quatro fases do desenvolvimento da vinculação na criança, sublinhando que estas fases não têm limites rígidos: a *primeira fase*, que ocorre do nascimento até cerca das doze semanas, é caracterizada por uma capacidade limitada do bebé de discriminar figuras humanas (faz isto através do cheiro e do som), sorrindo, chorando e, cerca dos 3 meses, seguindo com o olhar figuras familiares; na *segunda fase*, a partir das doze semanas, o bebé continua a ter comportamentos interativos com as figuras próximas, começando a orientar-se para uma figura preferencial (normalmente a mãe); na *terceira fase*, desde os seis/sete meses até aproximadamente ao primeiro ano, o bebé não só tem a capacidade de discriminar a forma como trata diferentes pessoas, como altera o repertório de comportamentos dirigidos a estas - procura manter a proximidade com a figura materna (ou outro cuidador principal), seguindo-a quando se afasta, cumprimentando-a quando regressa e utilizando-a como base segura para explorar o ambiente, à qual retorna quando se sente ameaçado ou necessita de ser confortado, mas, simultaneamente, seleciona outras figuras familiares como figuras de vinculação secundárias, deixando de ter comportamentos amigáveis com todas as pessoas e passa a ser capaz de as reconhecer como estranhas (cerca dos 8 meses); por último, na *quarta fase*, a criança desenvolve a capacidade de perceber que a mãe tem planos e objetivos diferentes dos seus, e consegue formar uma relação complexa em que é possível conciliar ambas as perspetivas, tornando-se o sistema de vinculação mais eficiente a partir do terceiro ano.

Assim, desde uma idade precoce os comportamentos de vinculação são maioritariamente dirigidos à mãe (enquanto figura de vinculação), começando a ser direcionados para outras figuras familiares mais tarde, como é o caso do pai (J. Bowlby, 1982). De notar que Ainsworth (1989, 1991) sinalizou a tendência para se desvalorizar a relação entre a criança e o pai, tida frequentemente como uma relação menos importante do que a relação com a mãe, defendendo então a possibilidade de o pai desempenhar o papel de cuidador principal e de a criança desenvolver, também com ele, uma relação de vinculação. Mais recentemente, os autores têm enfatizado igualmente o foco atribuído à mãe nos estudos, em detrimento do pai (e.g., Abrantes & Matos, 2010; Jones et al., 2014; Safyer, Volling, Schultheiss, & Tolman, 2018).

1.2.2 Padrões de Vinculação

O bebé desenvolve, ao longo do tempo, a capacidade de lidar com a ausência da mãe, conseguindo interagir com outras pessoas substitutas, nomeadamente figuras de vinculação secundárias, e experimentar segurança na relação com elas (J. Bowlby, 1982). Para esta

mudança ocorrer, J. Bowlby (1982) afirma que é necessário que a criança tenha familiaridade com outras figuras adultas e “experiências de segurança” suficientes com a mãe, por forma a ter confiança que ela irá voltar (após ausência) e que o contacto será restabelecido.

Ainsworth, Blehar, Waters, e Wall (1978) criaram um procedimento laboratorial, designado *Situação Estranha*, com o objetivo de observar o comportamento de crianças em interação com as suas mães. Os autores procuraram perceber se a mãe era utilizada como uma base segura para a exploração, e qual a reação da criança à separação da mãe e à presença de um estranho – tudo isto num ambiente que não lhe é familiar, procurando explorar as diferenças individuais na relação de vinculação entre a criança e a mãe. Na *Situação Estranha* estavam presentes diferentes *stressores* (contexto não familiar, interação com uma pessoa desconhecida e duas breves separações da mãe com posterior reunião) que iriam ativar o sistema de vinculação da criança, permitindo perceber as diferenças individuais em termos das expectativas da criança em relação à disponibilidade do cuidador, já que se supunha que o comportamento observado na *Situação Estranha* seria semelhante ao tido noutros contextos (Ainsworth et al., 1978). J. Bowlby (1982) reforça que este procedimento tem subjacente uma acumulação de situações de stress que permite averiguar as diferenças individuais de cada criança no modo como utilizam o seu cuidador como base para a exploração e na forma como retiram conforto na relação com ele, permitindo ainda perceber a evolução da vinculação e da exploração ao longo das diversas mudanças inerentes ao procedimento.

A partir da *Situação Estranha*, Ainsworth et al. (1978) identificaram três tipos de padrões de vinculação na infância que se organizam em duas categorias: vinculação segura e vinculação insegura (ansiosa-ambivalente e evitante). A divisão por categoria espelha a forma como a criança capta a disponibilidade da figura de vinculação em momentos de procura de conforto ou proteção e como organiza as suas respostas tendo em conta estas perceções (ver também Weinfield et al., 2008).

Verificou-se que o grupo de crianças com um padrão seguro, em comparação com os outros dois grupos, apresentou um comportamento mais positivo na presença da mãe, sendo as interações mais harmoniosas e as crianças mais cooperantes e disponíveis (Ainsworth et al., 1978). As crianças deste grupo têm a capacidade de utilizar a mãe como base segura de forma a poderem explorar o ambiente e deixam-se consolar por ela após a separação, o que traduz a vivência de experiências relacionais anteriores positivas, em diferentes contextos (Ainsworth et al., 1978). Assim, as crianças com uma vinculação segura perspetivam o cuidador como uma base segura, disponível e responsiva às suas necessidades, sendo este capaz de as confortar ou proteger em momentos de ameaça (ver Weinfield et al., 2008).

O grupo de crianças com um padrão ansioso/ambivalente revelou mais ansiedade aquando a separação da mãe, não demonstrando confiança na disponibilidade e responsividade desta, e não conseguindo usá-la como base segura para a exploração do ambiente desconhecido ao seu redor (Ainsworth et al., 1978). Quando a mãe se ausenta, a criança tende a reagir de forma muito intensa, com choro imparável e *stress*, e com o seu regresso não se acalma facilmente, procurando e rejeitando, simultaneamente, o contacto (Ainsworth et al., 1978).

O grupo de crianças com um padrão evitante demonstrou um comportamento de evitamento perante a mãe em momentos de separação e reencontro. Especificamente, a criança não expressa angústia ou choro na separação, continuando a sua exploração do meio e, quando a mãe regressa e procura interagir com ela, a criança desvia o olhar e afasta-se, sendo que, mesmo em momentos em que a criança procura a mãe, logo a seguir quebra o contato visual e distancia-se. O padrão de comportamento destas crianças surge como uma estratégia para lidar com o conflito perante a mãe, evitando o contato e dirigindo mesmo a sua raiva à figura de vinculação de forma a proteger-se de rejeições futuras por parte desta (Ainsworth et al., 1978).

Assim, as crianças com uma vinculação insegura não percecionam a figura de vinculação como disponível e responsiva às suas necessidades, e as interações são inconsistentes/imprevisíveis, não permitindo que a criança antecipe o comportamento do cuidador (ver Weinfeld et al., 2008).

No que diz respeito às diferenças entre pais e mães em termos dos padrões de vinculação da criança, os resultados apresentados na literatura são contraditórios. Em diversos estudos sobressai que o padrão de vinculação seguro da criança está mais presente na relação com a mãe do que com o pai (ver revisão de Faria, Fuertes, & Lopes-dos-Santos, 2014). Na mesma linha, Fuertes, Faria, Beeghly, e Lopes-dos-Santos (2016), num estudo com bebés, verificaram a ocorrência de uma maior prevalência de vinculação segura da criança na relação com a mãe do que com o pai. Contudo, num outro sentido, em estudos com crianças de 2/3 anos, alguns os autores não obtiveram diferenças entre mães e pais relativamente à vinculação (segura) da criança (Monteiro et al., 2010), ou as diferenças encontradas refletiram apenas diferenças das raparigas *versus* rapazes com as mães e com os pais (Fernandes et al., 2018). Também Lavado (2015) não encontrou diferenças significativas nas perceções de mães e pais de crianças em idade escolar no que diz respeito ao padrão de vinculação da criança. Da mesma forma, Di Folco, Messina, Zavattini, e Psouni (2016), num estudo que incluía crianças em idade escolar como respondentes, demonstraram existir concordância nas suas representações de vinculação face aos pais e às mães.

1.2.3 Modelos Internos Dinâmicos

Ao longo da vida, o estabelecimento de relações interpessoais vai ser influenciado por memórias de relações passadas que permitem criar expectativas para relações futuras (e.g., Bretherton & Munholland, 2008; Canavarro, 1999), sendo que estas relações passadas darão origem àquilo que, de acordo com a teoria de vinculação, J. Bowlby (1982) designou “modelos internos dinâmicos”. O autor definiu estes modelos como mapas cognitivos que decorrem da organização das experiências da criança com os cuidadores em esquemas sobre o próprio e os outros, tendo duas componentes: um modelo sobre os outros, que engloba o que espera relativamente a eles, se são merecedores de amor e da sua atenção, se são responsivos; um modelo do próprio, onde este se define como sendo, ou não, merecedor de amor ou como capaz de proximidade (J. Bowlby, 1982). Estes modelos internos irão afetar a forma como a criança se vai comportar com os outros na relação, permitindo-lhe antecipar o comportamento destes e regular o seu próprio comportamento (J. Bowlby, 1982; Bretherton & Munholland, 2008), “guiando”, assim, a criança nas relações (Machado, 2009). A repetição das interações tidas com o cuidador principal irá perdurar, através da continuidade do padrão de vinculação (Ammaniti, Speranza, & Fedele, 2005; Machado, 2009). Acresce que também a estabilidade da vinculação da mãe influencia a estabilidade da vinculação da criança na infância precoce (Ammaniti et al., 2005). Silva e Costa (2004) reforçam que o modo como a criança perspetiva as relações interpessoais e como gere o afeto que dá aos outros depende do padrão de vinculação que desenvolveu com os cuidadores.

Na linha de J. Bowlby, Ainsworth (1989) afirma que mudanças físicas ocorridas a partir dos 6 meses (e.g., início da locomoção e agarrar) permitem à criança ser responsável pela procura e manutenção da proximidade. É também por esta altura que, segundo a autora, a criança começa a desenvolver uma representação interna do seu cuidador principal e a ganhar a capacidade de perceber que ele existe mesmo quando está ausente, contribuindo para que a criança responda com protesto face à separação quando esta capacidade é ainda incipiente. Com a organização progressivamente mais complexa destas representações internas (modelos internos dinâmicos), a criança começará a tolerar a separação da figura materna por períodos de tempo mais longos, experimentando menos stress (Ainsworth, 1989).

1.3 Vinculação do Adulto

1.3.1 Características e Estilos de Vinculação

J. Bowlby (1982, 1988) menciona que a vinculação não se restringe apenas à infância. Com efeito, como se referiu, as representações das relações estabelecidas na infância têm uma

influência significativa nas relações posteriores, ao longo da vida (J. Bowlby, 1982; Hazan & Shaver, 1994; ver também Ávila, Cabral, & Matos, 2010; Madigan, Hawkins, Plamondon, Moran, & Benoit, 2015), o que se traduz numa continuidade entre a vinculação da infância e a vinculação do adulto, mantendo esta algumas características das relações de vinculação precoces (e.g., J. Bowlby, 1982; Santiago et al., 2017; Weiss, 1991). Ressalva-se, no entanto, que a vinculação do adulto não é uma extrapolação direta dos padrões de vinculação da infância, já que o indivíduo organiza as experiências da infância num todo integrado (e.g., Matos & Costa, 1996). Shaver e Mikulinder (2009, citados por Cameirinha, 2018) realçam que, no adulto, a procura de proximidade com uma figura de vinculação se mantém, principalmente em momentos de *stress*/perigo, a qual é vista como uma fonte de segurança e proteção.

A relação com as figuras de vinculação vai evoluindo ao longo da vida, relação esta que na vida adulta passa a ser pautada por autonomia (Ainsworth, 1991; Weiss, 1991), existindo um investimento nas relações românticas e com os pares, em detrimento da ligação com as figuras de vinculação da infância (Hazan & Shaver, 1994; Matos & Costa, 1996; Weiss, 1991). Também nas relações românticas (e com os pares) surge a ativação de comportamentos de vinculação como a procura de atenção ou o protesto aquando da separação (J. Bowlby, 1982). As relações de vinculação no adulto são recíprocas, havendo uma troca de cuidados entre os participantes, ao contrário do que acontece com as relações de vinculação nos primeiros anos de vida (Hazan & Shaver, 1994). Em momentos de perigo, doença ou adversidade, o indivíduo adulto irá procurar a proximidade de uma pessoa em quem confia, ativando comportamentos de vinculação com esta (J. Bowlby, 1982, 1988; Hazan & Shaver, 1994). De notar que J. Bowlby (1982) dá saliência a que, quando estes comportamentos surgem na idade adulta, não é adequado qualificá-los como regressão, uma vez que o processo em causa não tem uma conotação negativa, sendo antes vital para a pessoa.

Também Bartholomew e Horowitz (1991) defendem que a vinculação do adulto está relacionada com representações construídas através das experiências tidas durante a infância, apresentando uma abordagem para descrever os estilos de vinculação do adulto que tem na base a teoria de J. Bowlby. A sua abordagem combina a perceção que o sujeito tem de si (modelo interno dinâmico do próprio) e dos outros (modelo interno dinâmico dos outros), sendo que estas perceções podem ser positivas ou negativas. Assim, um indivíduo que tenha uma visão positiva de si vê-se como merecedor de amor e cuidados, enquanto um outro com uma visão negativa não se sentirá merecedor deste tipo de atenção (Bartholomew & Horowitz, 1991). Uma visão positiva dos outros leva a uma perceção das outras pessoas como sendo disponíveis e dignas de confiança, ao passo que uma visão negativa dos outros sinaliza-as como

rejeitantes e indisponíveis (Bartholomew & Horowitz, 1991). Através da combinação destes dois modelos, os autores definiram quatro padrões de vinculação do adulto: padrão seguro - pressupõe uma visão de si e uma visão dos outros positivas, que se traduzem na pessoa sentir-se amada e com valor, perspetivar os outros como aceitantes e responsivos, e mostrar-se confortável com a intimidade sem perder a autonomia; padrão preocupado - combina uma visão negativa do próprio com uma visão positiva dos outros, considerando-se o indivíduo sem valor e não merecedor de amor, o que leva a que procure constantemente a aprovação dos outros e se preocupe demasiado com as relações; padrão amedrontado – integra visões negativas de si e dos outros, pelo que a pessoa se sente sem valor e perspetiva os outros como não confiáveis e como potencialmente rejeitantes, evitando, assim, as relações e a intimidade de forma a proteger-se da rejeição que antecipa; padrão desinvestido - descreve uma visão positiva do próprio com uma visão negativa dos outros, o que remete para que o indivíduo se considere merecedor de amor e perspetive os outros de forma negativa, conduzindo ao evitamento de relações próximas de forma a proteger-se da desilusão, com manutenção de uma postura independente e de invulnerabilidade.

1.3.2 Vinculação do Adulto ao Pai e à Mãe

O facto de o indivíduo adulto estabelecer novas relações de vinculação com outras figuras não significa que se desvincule dos cuidadores (e.g., Ainsworth, 1989, 1991; Hazan & Shaver, 1994; Machado, 2009; Matos, 2002; Matos & Costa, 1996). Conforme mencionam diversos autores, o indivíduo continua a manter, durante a vida adulta, uma ligação importante com os seus pais, apesar da sua autonomia e de estes interferirem cada vez menos na sua vida (e.g., Ainsworth, 1989; Hazan & Shaver, 1994; Matos, 2002).

Matos (2002) caracterizou as relações de vinculação ao pai e à mãe através de três dimensões: a primeira, *inibição da exploração e individualidade*, remete para a ausência de apoio, por parte da figura parental, para a exploração ou para a expressão da individualidade, dificultando a construção de uma identidade separada; a segunda, *qualidade do laço emocional*, identifica a figura parental como fundamental e única, sendo fonte de suporte em momentos de dificuldade; a última, *ansiedade de separação*, aponta para ansiedade/medo de separação face à figura de vinculação, com dependência da mesma. O modelo que congrega estas três dimensões foi validado empiricamente com população portuguesa (e.g., Abrantes & Matos, 2010; Duarte, 2005) e está subjacente ao instrumento usado no presente estudo para avaliar a dimensão em causa - Questionário de Vinculação ao Pai e à Mãe (QVPM) -, desenvolvido por Matos e Costa em 2001 (ver Matos, 2002). Tem-se procurado fazer a associação de cada uma

destas dimensões com os quatro padrões de vinculação de Bartholomew e Horowitz indicados no ponto anterior. Assim, as associações apresentadas são as seguintes: o padrão seguro é caracterizado por valores (médios) inferiores na inibição da exploração e individualidade e na ansiedade de separação e por valores (médios) mais altos na qualidade do laço emocional; o padrão desinvestido corresponde a valores inferiores na ansiedade de separação e na qualidade de laço emocional e valores elevados na inibição da exploração e individualidade; o padrão preocupado é representado por valores médios mais altos na ansiedade de separação e na qualidade do laço emocional e valores inferiores na inibição da exploração e individualidade; o padrão amedrontado caracteriza-se por valores elevados na inibição de exploração da individualidade e na ansiedade de separação (e.g., Ávila et al., 2010; Gouveia & Matos, 2011; Silva & Costa, 2004).

No âmbito dos estudos empíricos desenvolvidos com o QVPM, é importante frisar que são poucos os que visam adultos, e ainda menos os que contemplam a perspetiva de pais, sendo que a maioria incide em crianças, adolescentes e jovens adultos. Assim, por exemplo, Abrantes e Matos (2010), numa amostra com pais de adolescentes, encontraram diferenças entre homens e mulheres na dimensão inibição da exploração e individualidade relativa à mãe, tendo as mulheres resultados mais elevados, em comparação com os homens. Os mesmos autores concluíram que uma relação parental onde predomine a qualidade do laço emocional promove a prestação de cuidados nas relações posteriores dos indivíduos. Já Duarte (2005), num estudo com casais, verificou que os homens apresentam uma maior inibição da exploração e da individualidade e uma menor qualidade do laço emocional face ao pai, ao passo que as mulheres apresentam uma maior qualidade de laço emocional relativamente à mãe e ao pai, experienciando uma menor inibição da exploração e da individualidade por parte do pai e uma maior ansiedade de separação por parte da mãe. Também Ramalho (2008) encontrou, numa amostra de jovens adultos, que os homens reportam níveis mais elevados de inibição da exploração e individualidade na relação com o pai e que as mulheres apresentam níveis mais altos de ansiedade de separação na relação com o pai e com a mãe. Na mesma linha, Cameirinha (2018), num estudo com adultos, verificou que as mulheres indicam uma maior ansiedade de separação, face à mãe e ao pai, comparativamente com os homens. A mesma autora obteve resultados que mostram que as mulheres, também em comparação com homens, apresentam uma maior inibição da exploração da individualidade na relação com a mãe, não tendo encontrado diferenças significativas entre homens e mulheres relativamente à qualidade do laço emocional.

Belsky (2003), com base a teoria da vinculação, realça que a vinculação do/a progenitor/a aos pais na altura em que era criança influencia a vinculação que os seus próprios filhos irão desenvolver com ele/a, afirmando ainda Collins e Read (1990, citados por Santiago et al., 2017) que os indivíduos que descrevem as relações parentais na infância como afetuosas e aceitantes apresentam na atualidade perceções dos outros como estando disponíveis para os apoiar, temáticas estas abordadas no ponto seguinte.

1.3.3 Representações de Prestação de Cuidados e Transmissão Intergeracional da Vinculação

O sistema de prestação de cuidados e o sistema de vinculação da criança estão ligados (J. Bowlby, 1982), sendo o sistema de prestação de cuidados do adulto ativado quando o progenitor sente que a criança está em perigo/stress (e.g., J. Bowlby, 1988; George & Solomon, 1996, 2008). Estes dois sistemas comportamentais (de vinculação e de prestação de cuidados) partilham o mesmo objetivo: atingir a proximidade entre pais e filhos, e consequente proteção dos primeiros face aos segundos (ver Jones et al., 2014). Ainsworth et al. (1978) afirmam que a sensibilidade materna é uma característica fundamental do cuidador, permitindo-lhe estar atento e ser sensível às necessidades do bebé, o que possibilita que seja também responsivo, i.e., ofereça uma resposta apropriada, contingente às necessidades da criança.

Também Bretherton (1985, citado por Silva & Costa, 2004) salientou a importância do modo como as figuras de vinculação interagem com a criança: adultos responsivos e disponíveis permitem à criança sentir-se merecedora de amor e respeito, desenvolvendo uma representação dos outros como merecedores de confiança; adultos que se mostram indisponíveis, inconstantes, ou rejeitantes promovem na criança um sentimento de não ter direito a ser amada ou de não ter valor, criando uma imagem dos outros como sendo insensíveis e rejeitantes.

Diversos autores sugerem que existe uma influência das representações de vinculação do adulto aos pais (na infância) na responsividade para com os seus próprios filhos (e.g., Crowell & Feldman, 1988; Jones et al., 2014; Van IJzendoorn, 1995) e na qualidade dos cuidados prestados (e.g., ver revisão de Jones et al., 2014), evidenciando-se a influência da vinculação do adulto no comportamento parental (e.g., Cohn, Cowan, Cowan, & Pearson, 1992). Por exemplo, Rholes, Simpson, e Blakely (1995) concluíram no seu estudo que a vinculação da mãe tem um impacto direto no seu comportamento com a criança e na posterior relação de ambas. Com efeito, vários autores mencionam que a forma como os pais prestam cuidados aos seus filhos é influenciada pela forma como foram tratados na infância pelos seus

próprios pais (e.g., J. Bowlby, 1982, 1988; George & Solomon, 2008; Main, Kaplan, & Cassidy, 1985). Crowell e Feldman (1988) também reforçam esta ideia, acentuando que existe uma influência das experiências que as mães tiveram na infância na sua responsividade e sensibilidade para com a criança, com consequências para a relação mãe-criança. Van IJzendoorn (1992, citado por Silva, 2016) nomeia esta influência como transmissão intergeracional da parentalidade. Compreensivelmente, os pais “seguros”, que tiveram cuidados “responsivos” na infância, conseguem responder de uma forma mais adequada às necessidades dos seus filhos, estando mais atentos e disponíveis, contrariamente ao que acontece com os pais “inseguros” (e.g., Jones et al., 2014; Main et al., 1985).

J. Bowlby (1988) e, mais recentemente, por exemplo Feeney e colaboradores (Feeney, Alexander, Noller, & Hohaus, 2003, citados por Fonseca, Nazaré, & Canavarro, 2018), frisam que, durante a transição para a parentalidade, se ativa o sistema de vinculação, uma vez que, para além de se tratar de um período gerador de stress, evoca no indivíduo memórias de como foi tratado pelos pais, influenciando as suas expectativas, os seus comportamentos e o consequente ajustamento. Fonseca et al. (2018), num estudo com mães e pais no período de transição para a parentalidade, verificaram que existe uma continuidade entre a vinculação dos/das pais/mães e as suas representações de cuidados (já salientada por J. Bowlby, 1982), podendo a vinculação influenciar a forma quer como os progenitores se perspetivam como cuidadores, quer como perspetivam os outros como merecedores de cuidado. Especificamente, Fonseca et al. (2018) verificaram que mães e pais com uma vinculação ansiosa tinham representações menos positivas de si próprios como cuidadores e mães e pais com uma vinculação evitante tinham representações menos positivas dos outros como merecedores de cuidados, concluindo que uma vinculação insegura poderá afetar a vontade e a habilidade do indivíduo para reconhecer as necessidades dos outros. No mesmo sentido, George e Solomon (1996) verificaram que as mães “rejeitantes”, com padrões de vinculação desligado ou evitante, “desligam” o seu sistema de prestação de cuidados, levando a que ignorem as necessidades dos seus filhos.

Alguns autores realçam que a qualidade do cuidado prestado pelas mães tem influência não só no desenvolvimento inicial da vinculação da criança, como na posterior construção dos modelos internos dinâmicos (e.g., Ammaniti et al., 2005; J. Bowlby, 1982), para estes contribuindo também, como se referiu, as representações da vinculação do cuidador principal (e.g., Gloger-Tippelt, Gomille, Koenig, & Vetter, 2002).

Belsky (2003), ao considerar que a qualidade dos cuidados parentais está muitas vezes associada à transmissão intergeracional do padrão de vinculação, realça que a interpretação que

a mãe faz do comportamento da criança pode perpetuar esta transmissão de uma geração a outra, uma vez que a mãe interpreta este comportamento com base nas suas experiências de relacionamento na infância, comportando-se com a criança em função dessa interpretação. Ou seja, o padrão de vinculação do progenitor irá modular os cuidados parentais prestados que, por sua vez, irão influenciar a vinculação da criança (Belsky, 2003; J. Bowlby, 1980, citado por Rholes et al., 1995; Crowell & Feldman, 1988). Assim, utilizando as palavras de J. Bowlby (1973, 1988), a transmissão intergeracional ocorre através das interações entre a criança e o cuidador, em que a criança adota os padrões de interação a que é sujeita, construindo representações que lhe vão “dizer” o que esperar de relações futuras.

Esta continuidade da vinculação nas relações entre pais e filhos, transversal às gerações, tem sido realçada na literatura (e.g., Belsky, 2003; Fonagy et al., 1991; George & Solomon, 1996; Steele et al., 1996; Van IJzendoorn, 1995), afirmando alguns autores, especificamente, que um progenitor com uma representação de vinculação segura na infância terá uma probabilidade elevada de ter um/a filho/a que irá desenvolver uma vinculação segura, o mesmo acontecendo em termos de probabilidade para a vinculação insegura (Belsky, 2003; Van IJzendoorn, 1995). No mesmo sentido, Madigan et al. (2015) concluíram que a representação materna sobre o seu historial de vinculação vai ao encontro da representação que faz da relação com o seu filho.

Apesar de alguns estudos procurarem abordar como é que o padrão de vinculação é transmitindo intergeracionalmente, esta área de investigação carece de aprofundamento, incluindo quando está em causa o pai.

O ponto seguinte centra-se de forma específica em estudos empíricos que analisam a relação entre as representações de vinculação do adulto ao pai e à mãe e a vinculação da criança.

1.4 Relação entre Vinculação do Adulto (Parental) e Vinculação da Criança

A relação entre a vinculação do adulto aos cuidadores, em particular aos seus próprios pais, e a perceção da vinculação da criança, carece de estudo empírico, designadamente quando a criança-alvo tem idade escolar, não se tendo encontrado nenhum estudo que aborde esta relação avaliando as duas dimensões com a metodologia usada neste trabalho.

Fonagy et al. (1991), num estudo centrado na transição para a parentalidade, concluíram que as representações de vinculação das mães sobre as relações com os progenitores na infância, avaliadas antes do nascimento da criança, predizem a vinculação posterior dos filhos, um ano após o seu nascimento. Acresce que as mães de crianças com vinculação segura mostravam capacidade de descrever uma representação global das relações que tiveram com

cada progenitor na infância, dando exemplos de memórias que ilustram esta representação. Cohn et al. (1992), por sua vez, comprovaram que as representações dos progenitores de vinculação insegura na infância constituíam um fator de risco para o estabelecimento de relações mãe/pai-criança. Os autores verificaram que mães e pais “inseguros” de crianças em idade pré-escolar eram menos afetuosos e envolvidos com os filhos e proporcionavam uma menor estrutura na interação com eles, comparativamente com mães e pais “seguros”, sendo que os filhos de pais “inseguros” eram também menos afetuosos. Neste estudo, os autores concluíram ainda que o risco de um comportamento parental menos competente era significativamente maior quando ambos os progenitores tinham modelos internos de vinculação insegura. Steele et al. (1996) demonstraram igualmente que as representações de mães e pais (de crianças de um ano) da vinculação aos seus próprios pais (na infância) predizia a vinculação dos seus filhos posteriormente.

Ainda no âmbito da relação da vinculação parental com o comportamento parental, Moreira e Canavarro (2015), por exemplo, mostraram que pais de crianças em idade escolar com níveis elevados de vinculação evitante se consideravam menos capazes de oferecer cuidado (à criança) e perspetivavam os outros como menos merecedores deste, em comparação com as mães. Já pais com uma vinculação ansiosa consideravam-se menos capazes de reconhecer as necessidades dos outros (Moreira & Canavarro, 2015). Adam, Gunnar, e Tanaka (2004), por sua vez, encontraram uma associação entre representações de vinculação preocupada de mães de crianças com dois anos e uma interação pautada por mais zanga/intrusividade com os filhos, sendo este comportamento congruente com a inconsistência de respostas a que as mães foram sujeitas na sua infância por parte dos progenitores.

Rholes et al. (1995) avaliaram a relação entre o estilo de vinculação do adulto e o sentimento de proximidade face à criança (com idade pré-escolar), concluindo que as mães com uma vinculação evitante, em comparação com as mães com uma vinculação segura, sentiam uma menor proximidade com os seus filhos e eram menos apoiantes. Os autores sugerem que tal se deve ao facto de os indivíduos com uma vinculação segura tenderem a ter uma opinião positiva dos outros, procurando a interação. Comparando os dois grupos de mães com uma vinculação insegura, Rholes et al. (1995) verificaram que as mães “ambivalentes” demonstraram uma atitude de maior apoio para com os filhos do que as mães “evitantes”, as quais se comportavam de uma forma mais fria, distante e rígida, evitando o contato.

Safyer et al. (2018), num estudo com pais e mães de crianças de 12 anos, também encontraram uma relação entre a vinculação do adulto e o comportamento parental. Para as mães, níveis mais baixos de vinculação evitante associaram-se com comportamento parental

positivo; para os pais, a relação foi com a vinculação ansiosa, de tal forma que níveis mais baixos se associaram com comportamento parental positivo e níveis mais elevados com comportamento parental negativo.

Apesar de não ser recente, refira-se ainda o estudo de Crowell e Feldman (1988), os quais também mostraram que as experiências de infância de um grupo de mães (de crianças em idade pré-escolar) exercem uma influência no comportamento parental atual. Assim, as mães com um modelo interno “seguro” eram mais apoiantes e afetuosas com os filhos do que as mães com modelos internos “inseguros”. Acresce que o comportamento das crianças correspondia ao comportamento das mães e respetivo modelo interno das relações, ou seja, as crianças de mães “seguras” eram mais afetuosas e tinham maior proximidade com a mãe, ao contrário de filhos de mães “inseguras”, que mostravam zanga e não eram colaborantes.

Por fim, Santos (2011), num estudo que foca o estilo de vinculação de um grupo de mães, mas não a sua vinculação ao pai e à mãe, verificou que mães com um padrão de vinculação seguro, em comparação com mães com um padrão inseguro, percecionam os seus filhos como tendo uma maior frequência de comportamentos “seguros” e uma menor frequência de comportamentos de tipo ambivalente e evitante.

1.5 Relação entre Vinculação da Criança e Variáveis Familiares

Neste estudo, ir-se-á analisar a relação entre a perceção parental da vinculação da criança e variáveis familiares, especificamente o número de filhos, o cuidador principal e a gravidez planeada, relação esta insuficientemente estudada.

No que diz respeito ao número de filhos, Lavado (2015), num estudo com mães e pais de crianças em idade escolar, verificou a ocorrência de uma associação entre o maior número de filhos e níveis mais baixos de vinculação insegura na criança (de acordo com a perceção parental). Outros autores obtiveram uma associação positiva do número de filhos com a vinculação segura (Ammaniti et al., 2005). Por seu turno, Santos (2011) encontrou uma associação do número de filhos, mas com a vinculação parental, sendo que as mães com um padrão inseguro tinham um maior número de filhos.

Quanto à relação da vinculação da criança com o ser-se cuidador principal, explorada no presente estudo com base na dicotomia mãe *versus* ambas as figuras parentais, acedeu-se apenas a um estudo que explorou igualmente este tipo de relação, o qual não conduziu a resultados significativos (Santos, 2011).

Relativamente à gravidez planeada, Miller, Sable, e Csizmadia (2008) não encontraram uma associação entre a gravidez ser ou não planeada e a vinculação segura da criança. Numa

outra linha, num estudo de Bouchard (2005), que não avalia a vinculação da criança, mas a de casais à espera do primeiro filho, ocorreu uma associação entre a gravidez não planeada e níveis baixos de vinculação segura e altos de vinculação insegura (ansiosa-ambivalente e evitante).

Apesar de a vinculação constituir uma área de estudo que tem recebido grande atenção do ponto de vista empírico, salienta-se que a vinculação do adulto ao pai e à mãe continua a carecer de mais estudo, não se tendo encontrado literatura que relacione esta dimensão com a percepção parental da vinculação da criança, utilizando a metodologia usada no presente trabalho. Acresce que em ambos os domínios o pai necessita de mais estudo, em particular no que se prende com a vinculação ao pai e à mãe, carecendo-se também de estudos comparativos mães-pais e com crianças-alvo de idade escolar. Com este trabalho espera-se contribuir para ultrapassar estas limitações e aumentar o conhecimento sobre as dimensões em análise e a sua relação.

2. Objetivos e Hipóteses

Apresentam-se a seguir os objetivos e hipóteses deste estudo, considerando a revisão de literatura realizada.

Objetivo 1. Averiguar se um grupo de mães e um grupo de pais de crianças em idade escolar se diferenciam na vinculação aos seus próprios pais - mãe/pai – durante o crescimento (ansiedade de separação, inibição da exploração e individualidade, e qualidade do laço emocional) e na percepção da vinculação da criança (segura e insegura – ansiosa-ambivalente e evitante).

H1a. Prevê-se que as mães, comparativamente com os pais, apresentem níveis mais elevados de ansiedade de separação na relação com a mãe e com o pai

H1b. Espera-se que as mães, comparativamente com os pais, apresentem níveis mais altos de inibição da exploração e da individualidade na relação com a mãe.

H1c. Prevê-se que os pais, comparativamente com as mães, apresentem níveis mais elevados de inibição da exploração e da individualidade na relação com o pai.

H1d. Estima-se que as mães, comparativamente com os pais, refiram níveis mais elevados de vinculação segura da criança;

Objetivo 2. Analisar, no grupo de mães e no grupo de pais, a relação entre a vinculação à mãe e ao pai durante o crescimento (ansiedade de separação, inibição da exploração e individualidade, e qualidade do laço emocional) e a percepção da vinculação da criança (segura e insegura – ansiosa-ambivalente e evitante).

H2a. Prevê-se que, em ambos os grupos, ocorra uma relação positiva da qualidade do laço emocional (na relação com a mãe e/ou com o pai) com a vinculação segura da criança;

H2b. Espera-se que, em ambos os grupos, haja uma relação positiva da inibição da exploração e individualidade (na relação com a mãe e/ou com o pai), com a vinculação insegura (evitante e/ou ansiosa-ambivalente) da criança.

H2c. Estima-se que, em ambos os grupos, haja uma relação positiva da ansiedade de separação (na relação com a mãe e/ou com o pai), com a vinculação insegura (evitante e/ou ansiosa-ambivalente) da criança.

Objetivo 3. Analisar, no grupo de mães e no grupo de pais, a relação entre a percepção da vinculação da criança (segura e insegura - ansiosa-ambivalente e evitante) e variáveis familiares (número de filhos, cuidador principal, gravidez planeada).

H3a. Espera-se encontrar, em ambos os grupos, uma relação entre a percepção parental da vinculação da criança e o número de filhos, sem uma maior especificação, dada a escassez de literatura neste domínio;

H3b. Espera-se encontrar, em ambos os grupos, uma relação da percepção parental da vinculação da criança (segura e/ou insegura) com pelo menos uma das restantes variáveis familiares (cuidador principal e gravidez planeada) – hipótese exploratória.

3. Método

3.1 Participantes

Participaram neste estudo 138 indivíduos, distribuídos por dois grupos (independentes): grupo de Mães ($n = 74$; 53.6%) e grupo de Pais ($n = 64$; 49.4%). Apresenta-se a seguir a caracterização sociodemográfica e familiar dos participantes de cada um dos grupos.

Relativamente à idade, no grupo de Mães a idade média foi de 43.11 anos ($DP = 5.38$), com uma variação entre os 24 e os 53 anos, e no grupo de Pais foi de 45.84 anos ($DP = 6.19$), com uma variação entre os 25 e os 58 anos. Nos dois grupos, a maioria dos participantes era casada ou vivia em união de facto (Mães - 91.9%; Pais - 92.2%), havendo ainda, no grupo de Mães, 5.4% de participantes que eram divorciadas/separadas e 2.7% viúvas, e no grupo de Pais 7.8% de participantes divorciados/separados.

No Quadro 1 apresentam-se as frequências e percentagens relativas ao nível de escolaridade. Destaca-se que, em ambos os grupos, a maioria dos participantes completou o ensino superior (Mães - 68.9%; Pais - 65.6%), tendo concluído cerca de um quinto 10 a 12 anos de escolaridade (20.3% no grupo de Mães e 18.8% no grupo de Pais).

Quadro 1

Nível de Escolaridade das Mães e dos Pais – Frequências e Percentagens (%)

Nível de Escolaridade	Frequências (%)	
	Mães	Pais
5 a 6 anos	-	2 (3.1)
7 a 9 anos	4 (5.4)	7 (10.9)
10 a 12 anos	15 (20.3)	12 (18.8)
Ensino Técnico–Profissional	4 (5.4)	1 (1.6)
Ensino Superior	51 (68.9)	42 (65.6)

$n_{\text{Mães}} = 74$, $n_{\text{Pais}} = 64$

No que se refere à situação laboral, em ambos os grupos a maioria dos participantes trabalhava a tempo inteiro (67 Mães - 91.8%; 60 Pais - 93.8%), captando-se ainda que, no grupo de Mães, 5.5% trabalhavam a tempo parcial e 2.7% estavam numa situação de desemprego (neste grupo não foi possível obter informação face a uma mãe); no grupo de Pais, um participante (1.6%) estava reformado e 4.7% eram estudantes.

Em ambos os grupos, a maioria dos participantes tinha 2 filhos (Mães - 59.2%, Pais - 65.6%; no primeiro grupo não foi possível obter informação face a três participantes), com uma variação entre 1 e 4 (Mães - $M = 1.90$, $DP = .70$; Pais - $M = 1.94$, $DP = .66$). A maior parte dos participantes dos dois grupos mencionou que a gravidez da criança-alvo foi planeada (45 Mães - 61.6% - e 36 Pais - 58.1%; uma mãe e dois pais não reportaram esta informação).

Relativamente ao cuidador principal da criança, no grupo de Mães mais de metade das participantes (39 - 54.9%) afirmou que ambos os progenitores eram os cuidadores da criança, sendo que as restantes (32 - 45.1%) mencionaram que apenas a mãe era a cuidadora principal (três mães omitiram informação neste domínio). No grupo de Pais, a maioria (43 - 68.3%) referiu igualmente que ambos os pais eram os cuidadores da criança; 28.6% reportaram que era apenas a mãe e 3.2 % apenas o pai.

Em ambos os grupos, as crianças-alvo tinham idades que se situavam entre os 6 e os 12 anos (grupo de Mães - $M = 9.66$, $DP = 1.93$; grupo de Pais - $M = 9.81$, $DP = 1.86$) e eram maioritariamente do sexo masculino (59.5% no grupo de Mães e 54.7% no grupo de Pais).

3.2 Instrumentos

3.2.1 Questionário de Vinculação ao Pai e à Mãe

O Questionário de Vinculação ao Pai e à Mãe (QVPM) foi desenvolvido em Portugal por Matos e Costa (ver Gouveia & Matos, 2011; Matos, 2002) e permite avaliar as representações de vinculação do indivíduo relativamente às figuras parentais, separadamente, medindo a presença de determinadas características da vinculação na relação com os pais. Trata-se de um instrumento de autorrelato constituído por 30 itens (por progenitor) solicitando-se que o/a participante identifique quais as características que melhor caracterizam a relação com cada uma das figuras parentais. Neste estudo foi utilizada a versão do instrumento que remete para uma avaliação retrospectiva destas características ao longo do crescimento. Esta versão decorre de uma alteração feita por Duarte (2005) na redação dos itens (tempo dos verbos), que passam a ser redigidos no passado. A resposta a cada item é dada através de uma escala de tipo *Likert* de 6 pontos (de 1 - *Discordo Totalmente* a 6 - *Concordo Totalmente*).

O QVPM permite obter resultados em três dimensões (para a relação quer com o pai, quer com a mãe): inibição de exploração e individualidade (IEI - 10 itens; ex. “*Os meus pais estavam sempre a interferir em assuntos que só tinham a ver comigo*”), ansiedade de separação (AS - 10 itens; ex. “*Era fundamental para mim que os meus pais concordassem com aquilo que eu pensava*”) e qualidade do laço emocional (QLE - 10 itens; ex. “*Apesar das minhas divergências com os meus pais, eles eram únicos para mim*”). Resultados mais altos em cada

dimensão (subescalas) correspondem a uma maior presença dessa característica na relação com cada progenitor.

Relativamente à consistência interna, estudos recentes com portugueses adultos (e.g., Abrantes & Matos, 2010; Duarte, 2005; Ferreira, 2009) obtiveram coeficientes alfa de Cronbach com uma variação entre .74 e .92 para a relação com a mãe, e entre .79 e .89 para a relação com o pai. No presente estudo, para a relação com a mãe foram obtidos coeficientes alfa de Cronbach de .88 e .90 na IEI, .93 e .95 na QLE, e .85 e .87 na AS, respetivamente para as Mães e para os Pais; face à relação com o pai, os coeficientes alfa de Cronbach foram, nos dois grupos, respetivamente, .88 e .91 na IEI, .94 na QLE (nos dois casos), e .83 e .87 na AS.

3.2.2 Inventário sobre a Vinculação para a Infância e Adolescência

O Inventário sobre a Vinculação para a Infância e Adolescência (IVIA) foi criado em Portugal por Carvalho e colaboradores (Carvalho, 2007; Carvalho, Soares, & Batista, 2006) com o objetivo de avaliar as representações de vinculação na infância. É um instrumento com versões de auto e heteroavaliação, utilizando-se no presente estudo a última modalidade. Nesta versão é pedido aos pais que indiquem a frequência com que a criança apresenta um conjunto de comportamentos e pensamentos relativos a si e aos outros, permitindo avaliar a perceção que têm da sua vinculação. O IVIA agrega 37 itens, os quais são respondidos através de uma escala de tipo *Likert* de 5 pontos, de *Nunca* (1) a *Sempre* (5). Obtêm-se resultados para três dimensões (subescalas): Vinculação Segura (14 itens; ex. “*Acredita que as outras pessoas gostam dele/a e o/a respeitam*”), Vinculação Ansiosa-Ambivalente (13 itens; ex. “*Preocupa-se com a possibilidade de ser abandonado*”) e Vinculação Evitante (10 itens; ex. “*Preocupa-se se tiver de depender de outras pessoas*”). Resultados mais altos em cada dimensão correspondem a uma maior frequência de comportamentos associados a esse padrão de vinculação.

Em termos de consistência interna, os valores obtidos pelos autores para o alfa de Cronbach foram, quer para a versão de autoavaliação quer para a versão de heteroavaliação, superiores a .70 (Carvalho, Soares, & Batista, 2006). Especificamente para a versão de heteroavaliação, os valores de alfa obtidos foram .81 para a vinculação segura, .82 para a vinculação ansiosa-ambivalente e .72 para a vinculação evitante. No presente estudo, obtiveram-se os seguintes valores do coeficiente alfa de Cronbach para o grupo de Mães e para o grupo de Pais, respetivamente: vinculação segura - .83 e .82; vinculação ansiosa-ambivalente - .84 e .86; vinculação evitante - .66 e .75. Neste último caso, o valor correspondente ao grupo

de Mães sugere que os resultados que vierem a ser obtidos para esta dimensão deverão ser encarados com alguma cautela.

3.2.3 Questionário Sociodemográfico e de Desenvolvimento

O Questionário Sociodemográfico e de Desenvolvimento usado neste estudo foi construído em 2014 por S. V. Santos e I. Narciso, docentes da Faculdade de Psicologia da Universidade de Lisboa (FPUL), estando a ser utilizado pelas autoras numa investigação mais lata, em curso, sobre parentalidade e família de origem, em que este estudo se insere. O questionário inclui um conjunto de questões dirigidas para a obtenção de informação sociodemográfica dos participantes (e.g., idade, estado civil, situação laboral) e da criança-alvo (e.g., idade, sexo, escolaridade), bem como familiar (e.g., número de filhos, cuidador principal, parto e gravidez) e associada com o desenvolvimento da criança (e.g., problemas físicos, psicológicos, de desenvolvimento), tendo sido utilizada no presente estudo informação decorrente de um conjunto restrito de questões, designadamente que remetem para informação sociodemográfica e para as variáveis familiares que são alvo de estudo – número de filhos, cuidador principal (mãe, pai, ambos) e gravidez planeada (não/sim).

3.3 Procedimento

Este estudo está inserido, como se referiu antes, numa investigação mais alargada sobre parentalidade e família de origem, da responsabilidade das duas docentes da FPUL acima mencionadas. As amostras são de conveniência, tendo sido recolhidas em duas instituições de “tempos livres” em Lisboa (entre Janeiro de 2019 e Março de 2019), após obtida a devida autorização.

Os protocolos de investigação foram entregues em envelope fechado, através das professoras/educadoras, a mães e pais de crianças com idades compreendidas entre os 6 e os 12 anos (podiam ter 5 anos desde que frequentassem o 1º ano de escolaridade) e que coabitassem com a/o mãe/pai pelos menos duas semanas por mês, constituindo ambas as características (idade e coabitação) critérios de inclusão no âmbito da investigação alargada, os quais foram seguidos neste estudo.

Do protocolo de investigação constava informação relativa ao estudo, os instrumentos e respetivas instruções, e um termo de consentimento informado que cada participante teria de assinar, caso aceitasse participar. A participação era voluntária e anónima.

3.4 Procedimentos Estatísticos

Para a caracterização sociodemográfica dos participantes foi utilizada estatística descritiva, em particular média, desvio-padrão e valores mínimos e máximos, quando as variáveis eram contínuas, e frequências e percentagens quando se visava variáveis categoriais.

Para a análise comparativa de grupos (mães e pais) e para testar a magnitude da relação entre duas variáveis contínuas recorreu-se à estatística paramétrica, respetivamente ao teste *t* de *Student* para amostras independentes e ao coeficiente de correlação produto-momento (Pearson). Foi ainda utilizado o coeficiente de correlação bisserial por pontos para analisar a relação entre variáveis contínuas e dicotómicas.

De forma a avaliar a consistência interna de cada instrumento utilizado neste estudo, calculou-se o coeficiente alfa de Cronbach para as diferentes dimensões que os integram.

De referir que, nas análises efetuadas, foram considerados significativos resultados com um $p \leq .05$ e marginalmente significativos resultados cujo nível de significância se situasse entre .05 e .08 ($0.5 < p \leq .08$).

Para o tratamento estatístico dos dados foi utilizado o programa SPSS (*Statistical Package for the Social Sciences*), versão 25.

4. Resultados

4.1 Análise Comparativa dos Grupos (Mães e Pais) na Vinculação do Adulto ao Pai e à Mãe e na Percepção da Vinculação da Criança

Em seguida são apresentados os resultados decorrentes da comparação entre as Mães e os Pais nas dimensões em estudo: a Vinculação do Adulto ao Pai e à Mãe e a Vinculação da Criança (percepção parental).

4.1.1 Vinculação do Adulto ao Pai e à Mãe

Do Quadro 2 constam os resultados referentes à comparação entre as Mães e os Pais nas três subescalas do QVPM.

Quadro 2

Comparação entre as Mães e os Pais na Vinculação do Adulto ao Pai e à Mãe (QVPM) – Médias, Desvios-Padrão, Valores de t e Valores de p

		Mães		Pais		t	p
		M	DP	M	DP		
IEI	Pai	28.36	9.70	24.88	10.21	2.06	.042
	Mãe	29.99	10.13	25.22	9.92	2.79	.006
AS	Pai	33.88	9.75	29.94	9.95	2.35	.020
	Mãe	35.68	10.17	30.59	9.93	2.96	.004
QLE	Pai	49.92	10.08	48.75	10.24	.67	.501
	Mãe	51.86	8.80	50.25	9.91	1.01	.313

Nota. IEI = Inibição da Exploração e Individualidade, AS = Ansiedade de Separação, QLE = Qualidade do Laço Emocional

$n_{Mães} = 74$, $n_{Pais} = 64$

Observam-se diferenças significativas entre os dois grupos na Inibição da Exploração e Individualidade e na Ansiedade de Separação, referentes tanto à relação com o pai como à relação com a mãe, apresentando o grupo de Mães médias superiores em todos os casos. Na dimensão Qualidade do Laço Emocional os grupos não se distinguem significativamente, tendo médias próximas (face à relação com ambos os progenitores).

4.1.2 Percepção da Vinculação da Criança

No Quadro 3 são apresentados os resultados decorrentes da comparação entre Mães e Pais nas três subescalas do IVIA.

Quadro 3

Comparação entre as Mães e os Pais na Percepção da Vinculação da Criança (IVIA) – Médias, Desvios-Padrão, Valores de t e Valores de p

Vinculação da Criança	Mães		Pais		t	p
	M	DP	M	DP		
Segura	54.84	7.80	53.00	7.50	1.41	.162
Ansiosa-Ambivalente	28.23	7.92	29.08	8.54	-.61	.546
Evitante	22.57	4.92	23.81	5.63	-.1.39	.168

$n_{Mães} = 74$, $n_{Pais} = 64$

Não se obtêm resultados estatisticamente significativos, sendo as médias em ambos os grupos próximas. Na Vinculação Ansiosa-Ambivalente e na Vinculação Evitante os Pais apresentam médias superiores face às Mães, enquanto que na Vinculação Segura são as Mães que obtêm médias um pouco superiores.

4.2 Correlações entre a Vinculação do Adulto ao Pai e à Mãe e a Percepção da Vinculação da Criança

Expõem-se a seguir os resultados referentes à análise correlacional entre a Vinculação do Adulto ao Pai e à Mãe (subescalas do QVPM) e a Vinculação da Criança (subescalas do IVIA), nos grupos de Mães e Pais.

4.2.1 Mães

No Quadro 4 apresentam-se os resultados da correlação entre as dimensões em estudo para o grupo de Mães.

Quadro 4

Correlações entre a Vinculação do Adulto ao Pai e à Mãe (QVPM) e a Percepção da Vinculação da Criança (IVIA) no Grupo de Mães

Vinculação da Criança	Vinculação do Adulto ao Pai e à Mãe					
	IEI		AS		QLE	
	Pai	Mãe	Pai	Mãe	Pai	Mãe
Segura	-.12	-.20	.20	.15	.21†††	.24*
Ansiosa-Ambivalente	.21††	.33**	.07	.12	-.23*	-.21††††
Evitante	.14	.22†	-.15	-.01	-.20	.06

Nota. IEI = Inibição da Exploração e Individualidade, AS = Ansiedade de Separação, QLE = Qualidade do Laço Emocional

$n = 74$

* $p < .05$, ** $p < .01$, † $p = .066$, †† $p = .067$, ††† $p = .075$, †††† $p = .078$

Obtêm-se correlações estatisticamente significativas da Qualidade do Laço Emocional, na relação com a mãe, com a Vinculação Segura (positiva) e da Qualidade do Laço Emocional, na relação com o pai, com a Vinculação Ansiosa-Ambivalente (negativa), sendo marginalmente significativas as correlações relativas à primeira associação no caso da relação com o pai e à segunda associação no caso da relação com a mãe. Obtém-se ainda uma correlação positiva da Inibição da Exploração e Individualidade, na relação com a mãe, com a Vinculação Ansiosa-Ambivalente, sendo marginalmente significativa a que remete para a relação com o pai. Por fim, refira-se que a Inibição da Exploração e Individualidade na relação com a mãe se correlacionou, também de forma marginalmente significativa, com a Vinculação Evitante (correlação positiva). As correlações significativas são todas elas fracas a moderadas.

4.2.2 Pais

No Quadro 5 são apresentados os resultados relativos à correlação entre as dimensões da Vinculação do Adulto ao Pai e à Mãe e as dimensões da Percepção da Vinculação da Criança no grupo de Pais.

Quadro 5

Correlações entre a Vinculação do Adulto ao Pai e à Mãe (QVPM) e a Percepção da Vinculação da Criança (IVIA) no Grupo de Pais

Vinculação da Criança	Vinculação ao Pai e à Mãe					
	IEI		AS		QLE	
	Pai	Mãe	Pai	Mãe	Pai	Mãe
Segura	-.05	.00	.12	.09	.18	.16
Ansiosa-Ambivalente	.17	.15	.27*	.21	-.08	-.20
Evitante	.19	.21	.31*	.28	.12	.05

Nota. IEI = Inibição da Exploração e Individualidade, AS = Ansiedade de Separação, QLE = Qualidade do Laço Emocional

$n = 64$

* $p < .05$

Obtêm-se duas correlações estatisticamente significativas (positivas) da Ansiedade de Separação, na relação com o pai, com a Vinculação Ansiosa-Ambivalente e com a Vinculação Evitante. A primeira com uma magnitude fraca e a segunda com uma magnitude moderada. Apesar de não se chegar a atingir significância estatística ($p = .092$), realça-se a existência de uma correlação positiva entre a Ansiedade de Separação (Mãe) e a Vinculação Ansiosa-Ambivalente.

4.3 Correlações entre a Vinculação da Criança e as Variáveis Familiares

Em seguida, serão apresentados os resultados da análise correlacional das dimensões da Vinculação da Criança com as variáveis familiares consideradas (Número de Filhos, Cuidador Principal e Gravidez Planeada), em cada um dos grupos.

De notar que, para estas análises, no caso da variável Cuidador Principal, no grupo de pais foram retirados dois indivíduos que indicaram como cuidador principal o pai. Assim, em ambos os grupos, as análises foram realizadas considerando as categorias “ambas as figuras parentais” e “apenas a mãe” (classificadas com 1 e 2, respetivamente). A variável Gravidez Planeada é dicotómica (1 – Não, 2 - Sim).

4.3.1 Mães

No Quadro 6 expõem-se os resultados relativos às Mães no que diz respeito à correlação entre a Vinculação da Criança (percepção parental) e as três variáveis familiares: Número de Filhos, Cuidador Principal e Gravidez Planeada.

Quadro 6

Correlações entre a Percepção da Vinculação da Criança (IVIA) e as Variáveis Familiares (Número de Filhos, Cuidador Principal e Gravidez Planeada) no Grupo de Mães

Vinculação da Criança	Número de Filhos ¹	Cuidador Principal ¹	Gravidez Planeada ²
Segura	.14	.02	-.01
Ansiosa-Ambivalente	-.23*	.15	-.04
Evitante	.16	.14	-.16

$n_1 = 71, n_2 = 73$

* $p < .05$

Verifica-se que apenas se obtém uma correlação estatisticamente significativa (negativa e fraca) entre a Vinculação Ansiosa-Ambivalente e o Número de Filhos.

4.3.2. Pais

No Quadro 7 indicam-se os resultados referentes à correlação entre a Vinculação da Criança (percepção parental) e as três variáveis familiares - Número de Filhos, Cuidador Principal e Gravidez Planeada -, mas agora no grupo de Pais.

Obtém-se uma correlação estatisticamente significativa (positiva e fraca) entre a Vinculação Segura e o Número de Filhos.

Quadro 7

Correlações entre a Percepção da Vinculação da Criança (IVIA) e as Variáveis Familiares (Número de Filhos, Cuidador Principal e Gravidez Planeada) no Grupo de Pais

Vinculação da Criança	Número de Filhos ¹	Cuidador Principal ²	Gravidez Planeada ³
Segura	.26*	.04	-.10
Ansiosa-Ambivalente	-.09	.01	.22
Evitante	-.10	.01	.22

$n_1 = 64, n_2 = 61, n_3 = 62$

* $p < .05$

5. Discussão

Apresenta-se em seguida a discussão dos resultados obtidos neste estudo, referentes à vinculação do adulto ao pai e à mãe, num grupo de mães e num grupo de pais de crianças em idade escolar, e à percepção destes sobre a vinculação da criança. A discussão segue a ordem dos objetivos apresentados no ponto 2.

5.1 Comparação entre as Mães e os Pais na Vinculação ao Pai e à Mãe e na Percepção da Vinculação da Criança

O primeiro objetivo deste estudo visou a comparação do grupo de mães e do grupo de pais na vinculação ao pai e à mãe e na percepção da vinculação da criança. A discussão dos resultados respetivos é apresentada a seguir, estando organizada em dois subpontos, um para cada dimensão.

5.1.1 Vinculação ao Pai e à Mãe

No que diz respeito à primeira dimensão, as mães reportaram níveis significativamente mais elevados de inibição da exploração e individualidade e de ansiedade de separação, na relação quer com o pai quer com a mãe, não se diferenciando dos pais na qualidade do laço emocional. Os resultados sugerem que as mães, face aos pais, percecionam que tiveram, durante o crescimento, uma maior restrição na expressão da individualidade por parte de ambas as figuras parentais, o que poderia contribuir para que estas tivessem uma atitude suscetível de dificultar a construção de uma identidade separada, identificando ainda as mães uma maior ansiedade e medo de separação face às figuras de vinculação, o que é passível de traduzir uma maior dependência em relação a elas.

As diferenças entre mães e pais poderão ter subjacente fatores de natureza cultural, já que, ao longo do tempo, a educação das raparigas tem sido, e ainda continua a ser, mais protegida e rígida do que a dos rapazes, os quais usufruem, na sua maioria, de mais liberdade (e mais cedo) do que as raparigas, o que seria consonante com a maior inibição da exploração e individualidade identificada pelas mães. É compreensível que este mesmo contexto cultural e educativo fomenta, em muitas raparigas, um maior receio de se afastarem da sua “base segura”, por não terem sido estimuladas a fazê-lo e por não terem tido a experiência de o fazer em segurança (Matos, 2002). Assim, é possível que as raparigas, ao serem mais protegidas pelos progenitores do que os rapazes, tenham um nível mais elevado de ansiedade de separação, e sintam uma maior dependência da figura de vinculação (Matos, 2002). De referir ainda que

a ausência de diferenças entre mães e pais na qualidade do laço emocional, poderá indicar que, apesar das potenciais diferenças na educação de rapazes e raparigas, quer a mãe quer o pai serão sentidos como próximos em termos afetivos, e figuras com quem se pode contar em situações de dificuldade, o que poderá traduzir, no caso do pai, o seu maior envolvimento com os filhos, que tem sido crescente na sociedade portuguesa (já que o papel da mãe como cuidadora principal é, tradicionalmente, quase “normativo”). Contudo, é necessária mais investigação com mães e pais no âmbito do QVPM, envolvendo diversidade sociodemográfica dos participantes e das configurações da família de origem, para um melhor entendimento das semelhanças e diferenças entre eles.

Os resultados obtidos enquadram-se na literatura relativa ao QVPM. No que diz respeito à inibição da exploração e individualidade, eles são em parte concordantes com os de Abrantes e Matos (2010) e com os de Cameirinha (2018), em cujos estudos os homens e as mulheres se distinguiram nesta dimensão, mas apenas face à relação com a mãe, apresentando as mulheres resultados mais elevados. Por sua vez, os resultados para a ansiedade de separação são consistentes com a literatura que identifica níveis mais elevados de ansiedade de separação nas mulheres (em comparação com os homens), face a ambos os progenitores (Cameirinha, 2018; Ramalho, 2008) ou apenas na relação com a mãe (Duarte, 2005). A ausência de diferenças na qualidade do laço emocional é igualmente consonante com o estudo de Cameirinha (2018), onde os homens e as mulheres também não se diferenciaram nesta dimensão.

Os resultados permitiram confirmar as duas hipóteses colocadas, as quais estimavam que as mães, comparativamente com os pais, alcançariam níveis mais elevados de ansiedade de separação (H1a) e de inibição da exploração e individualidade (H1b), a primeira na relação com ambos os progenitores e a segunda na relação com a mãe. A hipótese que previa no grupo de pais níveis mais altos de inibição da exploração e individualidade na relação com o pai (H1c) não foi corroborada.

5.1.2 Perceção da Vinculação da Criança

No que diz respeito à perceção da vinculação da criança, não foram encontradas diferenças significativas entre o grupo de mães e o grupo de pais relativamente à vinculação segura ou insegura (ansiosa-ambivalente e evitante), apesar de, no sentido da hipótese formulada, as mães terem obtido resultados um pouco mais elevados na vinculação segura. Os resultados são concordantes com os de Lavado (2015), que também não identificou diferenças entre mães e pais na perceção da vinculação da criança, num estudo em que, tal como no presente, foi utilizado o IVIA e as crianças-alvo tinham idade escolar. De igual forma, os

resultados vão na linha dos obtidos por Fernandes et al. (2018) e por Monteiro et al. (2010), com crianças mais novas, que também não encontraram diferenças entre pais e mães na vinculação da criança. Os resultados contradizem, no entanto, outra literatura que aponta para uma maior prevalência da vinculação segura da criança na relação com a mãe do que na relação com o pai (e.g., Faria et al., 2014; Fuertes et al., 2016).

Apesar de diversos autores referirem que o papel de cuidador principal continua a ser atribuído maioritariamente à mãe (e.g., Ainsworth, 1989, 1991; Abrantes & Matos, 2010; Jones et al., 2014; Safyer et al., 2018), no presente estudo a ausência de diferenças entre mães e pais na percepção da vinculação da criança poderá ter subjacente a alteração lenta que tem vindo a ser observada na sociedade atual, já acima realçada, que aponta para um maior envolvimento do pai com os filhos, na sua educação e cuidados, cada vez mais cedo e com grande investimento, potenciando uma qualidade da relação pai-criança permissora do estabelecimento de uma vinculação segura por parte da criança.

A hipótese que previa diferenças entre mães e pais na percepção da vinculação segura da criança, referindo as mães níveis mais elevados (H1d), não foi confirmada.

5.2 Relação entre a Vinculação do Adulto ao Pai e à Mãe e a Percepção da Vinculação da Criança

O segundo objetivo do estudo focou a relação entre a vinculação do adulto ao pai e à mãe e a percepção da vinculação da criança (no grupo de mães e no grupo de pais).

Curiosamente, os resultados foram diferentes para as mães e para os pais já que no primeiro grupo as associações ocorreram com a inibição da exploração e individualidade e com a qualidade do laço emocional, e no segundo grupo apenas com a ansiedade de separação, traduzindo a pertinência de se considerar mães e pais de forma independente. Especificamente, para o grupo das mães verificou-se que níveis mais elevados de qualidade do laço emocional, face ao pai e à mãe, se associaram com a percepção de níveis mais elevados de vinculação segura na criança, ainda que o resultado para a relação com o pai tenha sido apenas tendencial. Adicionalmente, níveis mais altos de inibição da exploração e individualidade e mais baixos de qualidade do laço emocional, com ambos os progenitores, associaram-se com níveis mais altos de vinculação ansiosa-ambivalente (ainda que, mais uma vez, o resultado seja tendencial para a relação com o pai no caso da primeira dimensão e para a relação com a mãe no caso da segunda), verificando-se igualmente uma associação positiva, tendencial, da inibição da exploração e individualidade na relação com a mãe com a vinculação evitante da criança. Assim, enquanto a maior qualidade do laço emocional parece ser mais importante em termos

da vinculação segura (principalmente a qualidade do laço com a mãe), a menor qualidade deste laço (sobretudo com o pai) a par da maior inibição da exploração e individualidade (em particular com a mãe) aparentam ser mais relevantes para a vinculação insegura (mormente ansiosa-ambivalente).

No grupo de pais, surgiram, como se referiu, associações apenas com a ansiedade de separação, especificamente desta ansiedade na relação com o pai, com a vinculação insegura da criança. Assim, níveis mais elevados de ansiedade de separação na relação com o pai associaram-se com a perceção de níveis mais altos de vinculação ansiosa-ambivalente e de vinculação evitante da criança.

Tendo em conta que níveis mais altos de qualidade do laço emocional se associaram a vinculação segura do adulto (Gouveia & Matos, 2011), pode considerar-se que os resultados obtidos para a primeira dimensão vão na linha estudo de Santos (2011), em que mães com um padrão de vinculação seguro (em comparação com mães com um padrão de vinculação inseguro), identificaram nos seus filhos uma maior frequência de comportamentos “seguros” do que “inseguros”. Os resultados que remetem para associações da inibição da exploração e individualidade e da ansiedade de separação com a vinculação insegura da criança, bem como da qualidade do laço emocional com a vinculação segura, enquadram-se na literatura que identifica uma relação das representações de vinculação das figuras parentais (na infância) com a vinculação atual da criança (e.g., Belsky, 2003; Fonagy et al., 1991; Gloger-Tippel et al., 2002; Steele et al., 1996). Tal poderá ser explicado pela transmissão intergeracional do padrão de vinculação, em que a relação e os cuidados dos pais para com os filhos são modelados pelas representações de vinculação do próprio, o que irá, conseqüentemente, influenciar a vinculação da criança (Belsky, 2003; J. Bowlby, 1980, citado por Rholes et al., 1995; Crowell & Feldman, 1988), já que a qualidade dos cuidados parentais está associada a este tipo de transmissão geracional (Belsky, 2003), e as representações da vinculação (na infância) que as figuras parentais têm são semelhantes às suas representações da relação com a criança (Madigan et al., 2015), e influenciam o comportamento parental e a qualidade de cuidados prestados (ver Jones et al., 2014; Van IJzendoorn, 1995). De notar que a vinculação parental insegura poderá constituir um fator de risco já que se demonstra, por exemplo, que as figuras parentais com esta característica se sentem menos capazes para cuidar e reconhecer as necessidades dos outros, considerando mesmo que estes não são merecedores de cuidados (Fonseca et al., 2018; Moreira e Canavarro, 2015).

As hipóteses que estimavam, para ambos os grupos, uma relação positiva da qualidade do laço emocional (na relação com a mãe e/ou com o pai) com a vinculação segura da criança

(H2a), da inibição da exploração e individualidade (na relação com mãe e/ou com o pai) com a vinculação insegura (evitante e/ou ansiosa-ambivalente) da criança (H2b), e da ansiedade de separação (na relação com a mãe e/ou com o pai) com a vinculação insegura (evitante e/ou ansiosa-ambivalente) da criança (H2c), foram confirmadas apenas em parte uma vez que as duas primeiras foram corroboradas somente para as mães e a última para os pais.

5.3 Relação entre Percepção da Vinculação da Criança e Variáveis Familiares

O terceiro objetivo remeteu para a relação entre a percepção parental da vinculação da criança e variáveis familiares (número de filhos, cuidador principal e gravidez planeada).

Verificou-se que, em ambos os grupos, apenas o número de filhos se relacionou com a vinculação da criança, ainda que com dimensões diferentes desta em cada grupo. Assim, relativamente às mães, sobressaiu que níveis mais baixos de vinculação ansiosa-ambivalente da criança se associaram com o maior número de filhos. Este resultado vai na linha do obtido por Lavado (2015), que encontrou este tipo de associação com a vinculação insegura da criança, e pode denotar que, para algumas mães da amostra, ter mais filhos não interfere de forma negativa na disponibilidade para a criança e na resposta às suas necessidades. Seria interessante explorar estes resultados no sentido de perceber se, por exemplo, estas mães trabalham ou não, e se sim em que regime, o tipo de apoios de que beneficiam, as razões para a decisão de ter mais filhos (por exemplo, averiguar se tem subjacente uma crença religiosa) e até a sua diferenciação do ponto de vista socioeconómico. Em função da escolaridade do grupo de mães (maioritariamente ao nível do ensino superior) pode colocar-se a hipótese de que haja alguma diferenciação socioeconómica neste grupo, o que já acontecia no estudo de Lavado (2015), pelo que seria pertinente apurar se este tipo de resultados seria extensível a outras amostras que englobassem, por exemplo, participantes com uma escolaridade e nível socioeconómico baixos.

No que diz respeito aos pais, o maior número de filhos associou-se com níveis mais altos de vinculação segura. Este resultado é consonante com o de Ammantini et al. (2005), tendo os autores encontrado igual tendência. Alguns elementos apresentados na justificação para o resultado obtido pelas mães poderiam ser extensíveis ao resultado para os pais, ainda que num caso esteja em causa menos vinculação insegura e no outro mais vinculação segura. Com efeito, é possível que alguns pais da amostra que têm mais filhos possuam características relacionais e de educação que se traduzam em sensibilidade e adequada responsividade às necessidades das crianças, e até num maior envolvimento com elas e maior disponibilidade de tempo, e que haja mesmo a tal diferenciação socioeconómica, antes relevada, que poderia ser

facilitadora (por exemplo, usufruir de mais tempo para estar com a criança, ou com os filhos, por se dispor de apoio doméstico pago).

Em ambos os grupos não se obtiveram relações significativas das variáveis cuidador principal e gravidez planeada com a vinculação da criança. Apesar de se ter acedido a escassa literatura neste âmbito, o primeiro resultado vai na linha do obtido por Santos (2011) e o segundo é consonante com o verificado por Miller et al. (2008), para a vinculação segura da criança. Estudos futuros deverão incluir uma avaliação destas variáveis de forma mais extensiva, sobretudo no que diz respeito ao “cuidador principal”, já que neste estudo cada uma destas variáveis foi avaliada apenas através de uma questão incluída no Questionário Sociodemográfico e de Desenvolvimento.

A hipótese que previa, em ambos os grupos, uma relação da vinculação da criança com o número de filhos (H3a) foi confirmada, mas a hipótese, exploratória, que previa uma relação da vinculação da criança com a variável cuidador principal e/ou gravidez planeada (H3b) não o foi.

6. Conclusão

A vinculação tem um papel importante ao longo da vida de cada indivíduo, tal como foi salientado no corpo teórico deste trabalho, e tem recebido grande atenção do ponto de vista empírico, o que contribui para a extensa literatura que lhe está associada. Contudo, existem ainda domínios particulares insuficientemente investigados, esperando-se que este estudo possa ser útil para aumentar o conhecimento associado a alguns deles. O estudo realizado incidiu na vinculação do adulto ao pai e à mãe (durante o crescimento) e na perceção parental da vinculação da criança num grupo de mães e num grupo de pais com filhos em idade escolar (dos 6 aos 12 anos). A primeira dimensão referida carece de estudo com a metodologia utilizada para a avaliar (Questionário de Vinculação ao Pai e à Mãe – QVPM), aplicando-se tal também à sua relação com a perceção da vinculação da criança, para além de que o próprio pai tem sido menos estudado do que a mãe, na área da vinculação em geral e no âmbito das dimensões analisadas em particular, sobretudo quando a criança tem idade escolar. Acresce que a relação da vinculação da criança com variáveis familiares específicas tem sido igualmente pouco explorada, facto que foi tido em conta neste trabalho.

Em primeiro lugar, pretendeu-se determinar se as mães e os pais se diferenciavam em ambas as dimensões (objetivo 1), o que se verificou relativamente à vinculação ao pai e à mãe, mas não em relação à perceção da vinculação da criança, reportando as mães níveis mais elevados de inibição da exploração da individualidade e de ansiedade de separação na relação com ambos os progenitores.

Em segundo lugar, e no que diz respeito à relação entre as duas dimensões (objetivo 2), os resultados foram distintos para cada um dos grupos, verificando-se associações com a qualidade do laço emocional e a inibição da exploração, no grupo de mães, e com a ansiedade de separação, no grupo de pais, o que sugere, como se referiu na discussão, a pertinência de se estudar as mães e os pais de forma independente, i.e., não os integrando em conjunto num mesmo grupo, como por vezes acontece. No caso das mães, níveis mais elevados de qualidade do laço emocional na relação com cada uma das figuras parentais, associaram-se com níveis mais altos de vinculação segura na criança (sendo o resultado tendencial para a relação com o pai) e níveis mais altos de inibição da exploração e individualidade e mais baixos de qualidade do laço emocional, com ambos os progenitores, associaram-se com níveis mais altos de vinculação ansiosa/ambivalente (mas a associação foi tendencial para a relação com o pai na primeira dimensão e para a relação com a mãe na segunda). Salientou-se ainda uma tendência para níveis mais elevados de inibição da exploração e individualidade (na relação com a mãe)

se associarem com níveis mais altos de vinculação evitante da criança. No caso dos pais, apenas se observaram associações positivas da ansiedade de separação (na relação com o pai) com a vinculação insegura da criança (ansiosa-ambivalente e evitante). Assim, no geral, a maior qualidade do laço emocional (em particular na relação com a mãe) parece ser a dimensão mais saliente para a vinculação segura da criança, enquanto que níveis baixos desta qualidade (especialmente com o pai) e altos de inibição da exploração e individualidade (sobretudo com a mãe) e de ansiedade de separação (com o pai) serão mais salientes para a vinculação insegura da criança, ainda que neste caso haja variações para as mães e os pais, destacando-se igualmente que a relação com a mãe e a relação com o pai no passado poderão ter uma influência potencial diferencial, e mais ou menos marcada, consoante as dimensões da vinculação.

Em terceiro lugar, no que concerne à relação entre a percepção parental da vinculação da criança e as variáveis familiares estudadas - número de filhos, cuidador principal e gravidez planeada - (objetivo 3), apenas ocorreram associações com o número de filhos ainda que com características diferentes em cada um dos grupos. Assim, no grupo de mães o maior número de filhos associou-se com níveis mais baixos de vinculação ansiosa/ambivalente da criança enquanto que no grupo de pais este maior número se associou com níveis mais altos de vinculação segura da criança.

Apesar dos resultados deste estudo constituírem um contributo válido para aumentar o conhecimento nas dimensões analisadas, é importante salientar que o estudo apresenta algumas limitações. Assim, no que diz respeito aos grupos de mães e de pais, características particulares dos participantes poderão configurar-se como uma limitação, designadamente a pouca variabilidade no nível de escolaridade (maioritariamente “ensino superior”) e mesmo a dimensão dos grupos, características que poderão ter interferido nos resultados obtidos. Constituem também limitações do estudo o recurso exclusivo a questionários de autorrelato, bem como a avaliação das variáveis familiares ter sido realizada com questões do Questionário Sociodemográfico e de Desenvolvimento (uma questão para cada variável), e mais ainda no que diz respeito ao cuidador principal, cuja identificação e características deveriam ter sido avaliadas de forma mais aprofundada. Pode considerar-se também uma limitação o facto de a criança não ter sido incluída como informante, designadamente no que diz respeito à sua vinculação, a qual foi avaliada apenas com base nas percepções parentais.

Em termos de implicações para a prática clínica, os resultados obtidos neste estudo permitem reforçar a importância que deve ser dada às representações do adulto da vinculação ao pai e à mãe na infância/adolescência, neste caso pela sua potencial influência na vinculação

da criança, já que os progenitores interpretam o comportamento da criança com base nas suas próprias experiências relacionais com as figuras parentais na infância, comportando-se com ela em função desta interpretação, pelo que o padrão de vinculação do progenitor irá influenciar os cuidados prestados à criança, o que, por seu turno, influenciará a própria vinculação da criança, traduzindo, assim, a transmissão intergeracional do padrão de vinculação. Desta forma, dado que a vinculação parental poderá ter uma influência direta no comportamento parental e consequente vinculação da criança, será pertinente que, no contexto clínico, a intervenção dirigida à criança (designadamente ao nível da vinculação) tenha em conta a importância de se fazer também um trabalho com os pais, que os ajude a identificar os seus próprios padrões relacionais e de cuidados com a criança, e o seu impacto nesta. Note-se que, em alguns casos, a intervenção poderá ser facultada com um carácter preventivo, designadamente quando se antecipa uma situação de vida geradora de stress com potencial impacto nos padrões relacionais e que possa fazer emergir padrões relacionais desajustados do passado (e.g., doença crónica, doença terminal, perda por morte ou separação). Adicionalmente, poderá considerar-se a adequação, em casos mais graves de disfuncionalidade na relação dos pais com a criança e no comportamento parental, e desde que haja receptividade por parte da/o mãe/pai, de um encaminhamento desta/e para psicoterapia, o que permitirá alterar padrões relacionais disfuncionais (com consequências potencialmente positivas para a relação com a criança e para o seu funcionamento).

Estudos futuros devem procurar ultrapassar as limitações acima enunciadas, designadamente através da inclusão de amostras com maior diversidade no nível de escolaridade (e socioeconómico), e de maior dimensão, bem como em termos da metodologia de avaliação usada e dos informantes. Dado que a investigação com recurso ao QVPM em adultos é ainda reduzida, em particular com mães e pais, sugere-se a prossecução da sua utilização, aprofundando-se o estudo comparativo destes grupos nas dimensões aqui analisadas, e a relação entre elas. Neste âmbito, teria pertinência a utilização de amostras com características diferentes das deste estudo, sociodemográficas (por exemplo, alargar o nível etário das figuras parentais e das crianças) e familiares (por exemplo, incluir participantes com diferentes configurações familiares quer na família de origem quer na família atual), analisando-se o efeito destas características. Teria igualmente pertinência o recurso a amostras clínicas (*versus* não clínicas), por exemplo, amostras de pais e mães com sintomas psicológicos como depressão, ansiedade e hostilidade, ou crianças-alvo com problemas de ajustamento, podendo fazer-se um estudo mais alargado que focasse as relações das dimensões da vinculação com estas variáveis e mesmo com outras da família de origem e da família atual (por exemplo,

conflito), identificando-se se as relações são diretas ou indiretas e até eventuais fatores de proteção. Por fim, seria interessante a realização de um estudo dirigido para a intervenção, designadamente com um desenho longitudinal, que permitisse analisar o impacto da psicoterapia na alteração dos padrões de relacionamento entre pais e filhos, ao longo do tempo, de forma a limitar a transmissão intergeracional de padrões de vinculação insegura.

Referências

- Abrantes, D., & Matos, P. M. (2010). Pais de adolescentes: Relação entre o sentido de generatividade, a satisfação parental e a vinculação aos pais. *Psicologia, Educação e Cultura, 14*, 145-164.
- Adam, E. K., Gunnar, M. R., & Tanaka, A. (2004). Adult attachment, parent emotion, and observed parenting behavior: Mediator and moderator models. *Child Development, 75*(1), 110-122. doi:10.1111/j.1467-8624.2004.00657.x
- Ainsworth, M. D. S. (1989). Attachments beyond infancy. *American Psychologist, 44*(4), 709-716. doi: 10.1037/0003-066X.44.4.709
- Ainsworth, M. D. S. (1991). Attachments and other affectional bonds across the life cycle. In C. M. Parkes, J. Stevenson-Hinde, & P. Marris (Eds.), *Attachment across the life cycle* (pp.33-51). London: Routledge.
- Ainsworth, M. D. S., Blehar, M. C., Waters, W., & Wall, S. (1978). *Patterns of attachment: A psychological study of the strange situation*. New York: Psychology Press.
- Ammaniti, M., Speranza, A. M., & Fedele, S. (2005). Attachment in infancy and in early and late childhood. In K. A. Kerns & R. A. Richardson (Eds.), *Attachment in middle childhood* (pp. 71-88). New York: Guilford Press.
- Ávila, M., Cabral, J., & Matos, P. M. (2010). Vinculação parental e relações românticas: O papel mediador da regulação emocional e da identidade. *Psicologia, Educação e Cultura, 14*, 165-186.
- Bartholomew, K., & Horowitz, L. M. (1991). Attachment styles among young adults: A test of a four-category model. *Journal of Personality and Social Psychology, 61*(2), 226-244. doi: 10.1037//0022-3514.61.2.226
- Belsky, J. (2003). The developmental and evolutionary psychology of intergenerational transmission of attachment. In C. S. Carter, L. Ahnert, K. E. Grossmann, S. B. Hrdy, M. E. Lamb, S. W. Porges, & N. Sachser (Eds.), *Attachment and bonding* (pp. 169-198). London: Dahlem Workshop Reports.
- Bouchard, G. (2005). Adult couples facing a planned or an unplanned pregnancy: Two realities. *Journal of Family Issues, 26*(5), 619-637. doi: 10.1177/0192513X04272756
- Bowlby, J. (1958). The nature of the child's tie to his mother. *International Journal of Psycho-Analysis, 39*, 350-373.
- Bowlby, J. (1973). *Attachment and loss: Vol 2. Separation, anxiety and anger*. New York: Basic Books.

- Bowlby, J. (1982). *Attachment and loss: Vol 1. Attachment*. (2^a ed.). New York: Basic Books.
- Bowlby, J. (1988). *A secure base: Parent-child attachment and healthy human development*. New York: Basic Books.
- Bowlby, R. (2004). Fifty years of attachment theory. In R. Bowlby (Ed.), *Fifty years of attachment theory* (pp. 11-26). London: Karnac.
- Bretherton, I., & Munholland, K. A. (2008). Internal working models in attachment relationships: Elaborating a central construct in attachment theory. In J. Cassidy & P. R. Shaver (Eds.), *Handbook of attachment: Theory, research, and clinical applications* (pp. 102-127). New York: The Guilford Press.
- Cameirinha, F., C. (2018). *Memórias de infância relativas às práticas educativas parentais e vinculação do adulto ao pai e à mãe* (Dissertação de Mestrado Integrado não publicada). Faculdade de Psicologia, Universidade de Lisboa, Lisboa.
- Canavarro, M. C. S. (1999). *Relações afetivas e saúde mental: Uma abordagem ao longo do ciclo de vida*. Coimbra: Quarteto.
- Carvalho, M. A. D. (2007). *Vinculação, temperamento e processamento da informação: Implicações nas perturbações emocionais e comportamentais no início da adolescência*. (Tese de Doutoramento não publicada). Instituto de Educação e Psicologia, Universidade do Minho, Minho.
- Carvalho, M., Soares, I., & Baptista, A. (2006). Inventário sobre a vinculação para a infância e adolescência (IVIA). In I. Soares (Ed.), *Relações de vinculação ao longo do desenvolvimento: Teoria e avaliação* (pp. 253-255). Braga: Psiquilíbrios.
- Cohn, D. A., Cowan, P. A., Cowan, C. P., & Pearson, J. (1992). Mothers' and fathers' working models of childhood attachment relationships, parenting styles, and child behavior. *Development and Psychopathology*, 4(3), 417-431. doi: 10.1017/s0954579400000870
- Crowell, J. A., & Feldman, S. S. (1988). Mothers' internal models of relationships and children's behavioral and developmental status: A study of mother-child interaction. *Child Development*, 59(5), 1273-1285. doi: 10.2307/1130490
- Di Folco, S., Messina, S., Zavattini, G. C., & Psouni, E. (2016). Attachment to mother and father at transition to middle childhood. *Journal of Child and Family Studies*, 26, 721–733. doi:10.1007/s10826-016-0602-7

- Duarte, C. M. (2005). *Percepções de conflito e violência conjugal* (Tese de Doutoramento não publicada). Instituto de Consulta Psicológica, Formação e Desenvolvimento, Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação, Universidade do Porto, Porto.
- Fernandes, C., Veríssimo, M., Monteiro, L., Antunes, M., Vaughn, B. E., & Santos, A. J. (2018). Mothers, fathers, sons, and daughters: Are there sex differences in the organization of secure base behavior during early childhood. *Infant Behavior and Development*, 50, 213–223. doi:10.1016/j.infbeh.2018.01.006
- Faria, A., Fuertes, M., & Lopes-dos-Santos, P. (2014). Pais e mães protegem, acarinham e brincam de formas diferentes. *Análise Psicológica*, 32(4), 419–437. doi:10.14417/ap.698
- Fonagy, P., Steele, H., & Steele, M. (1991). Maternal representations of attachment during pregnancy predict the organization of infant-mother attachment at one year of age. *Child Development*, 62(5), 891-905. doi: 10.2307/1131141
- Fonseca, A., Nazaré, B., & Canavarro, M. C. (2018). Mothers' and fathers' attachment and caregiving representations during transition to parenthood: An actor-partner approach. *Journal of Reproductive and Infant Psychology*, 36(3), 246-260. doi: 10.1080/02646838.2018.1449194
- Fuertes, M., Faria, A., Beeghly, M., & Lopes-dos-Santos, P. (2016). The effects of parental sensitivity and involvement in caregiving on mother-infant and father-infant attachment in a Portuguese sample. *Journal of Family Psychology*, 30(1), 147-156. doi:10.1037/fam0000139
- George, C., & Solomon, J. (1996). Representational models of relationships: Links between caregiving and attachment. *Infant Mental Health Journal*, 17(3), 198-216. doi: 10.1002/(sici)1097-0355(199623)17:3<198::aid-imhj2>3.0.co;2-1
- George, C., & Solomon, J. (2008). The caregiving system: A behavioral systems approach to parenting. In J. Cassidy & P. R. Shaver (Eds.), *Handbook of attachment: Theory, research, and clinical applications* (pp. 833-856). New York: The Guilford Press.
- Gloger-Tippelt, G., Gomille, B., Koenig, L., & Vetter, J. (2002). Attachment representations in 6-year-olds: Related longitudinally to the quality of attachment in infancy and mothers' attachment representations. *Attachment & Human Development*, 4(3), 318-339. doi: 10.1080/14616730210167221
- Gouveia, T., & Matos, P. M. (2011). *Manual QVPM: Questionário de vinculação ao pai e à mãe*. Porto: Centro de Psicologia da Universidade do Porto. Retirado de <https://sites.google.com/site/manualqvpm/>.

- Hazan, C., & Shaver, P. R. (1994). Attachment as an organizational framework for research on close relationships. *Psychological Inquiry*, 5(1), 1-22. doi: 10.1207/s15327965pli0501_1
- Jones, J. D., Cassidy, J., & Shaver, P. R. (2014). Parents' self-reported attachment styles: A review of links with parenting behaviors, emotions, and cognitions. *Personality and Social Psychology Review*, 19(1), 44-76. doi: 10.1177/1088868314541858
- Lavado, A. M. (2015). *Percepção parental sobre os estilos educativos parentais e os padrões de vinculação da criança: Um estudo com mães e pais adotivos e biológicos* (Dissertação de Mestrado Integrado não publicada). Faculdade de Psicologia, Universidade de Lisboa, Lisboa.
- Machado, T. S. (2009). Vinculação aos pais: Retorno às origens. *Psicologia, Educação e Cultura*, 13(1), 139-156.
- Madigan, S., Hawkins, E., Plamondon, A., Moran, G., & Benoit, D. (2015). Maternal representations and infant attachment: An examination of the prototype hypothesis. *Infant Mental Health Journal*, 36(5), 459-468. doi: 10.1002/imhj.21527
- Main, M., Kaplan, N., & Cassidy, J. (1985). Security in infancy, childhood, and adulthood: A move to the level of representation. *Monographs of the Society for Research in Child Development*, 50, 66-104. doi: 10.2307/3333827
- Matos, P. M. (2002). *(Des)continuidades na vinculação aos pais e ao par amoroso em adolescentes* (Tese de Doutoramento não publicada). Instituto de Consulta Psicológica, Formação e Desenvolvimento, Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação, Universidade do Porto, Porto.
- Matos, P. M., & Costa, M. E. (1996). Vinculação e processos desenvolvimentais nos jovens e adultos. *Cadernos de Consulta Psicológica*, 12, 45-54.
- Mikulincer, M., & Nachshon, O. (1991). Attachment styles and patterns of self-disclosure. *Journal of Personality and Social Psychology*, 61(2), 321-331. doi: 10.1037//0022-3514.61.2.321
- Miller, W. B., Sable, M. R., & Csizmadia, A. (2008). Pregnancy wantedness and child attachment security: Is there a relationship? *Maternal and Child Health Journal*, 12(4), 478-487. doi: 10.1007/s10995-007-0254-8
- Monteiro, L., Veríssimo, M., Vaughn, B. E., Santos, A. J., Torres, N., & Fernandes, M. (2010). The organization of children's secure base behaviour in two-parent Portuguese families and father's participation in child-related activities. *European Journal of Developmental Psychology*, 7(5), 545-560. doi: 10.1080/17405620902823855

- Moreira, H., & Canavarro, M. C. (2015). Individual and gender differences in mindful parenting: The role of attachment and caregiving representations. *Personality and Individual Differences*, 87, 13–19. doi:10.1016/j.paid.2015.07.021
- Ramalho, C. (2008). *(Os) Nós e os laços: Vinculação, suporte social e bem-estar em jovens adultos* (Dissertação de Mestrado Integrado não publicada). Faculdade de Psicologia, Universidade de Lisboa, Lisboa.
- Rholes, W. S., Simpson, J. A., & Blakely, B. S. (1995). Adult attachment styles and mothers' relationships with their young children. *Personal Relationships*, 2(1), 35-54. doi: 10.1111/j.1475-6811.1995.tb00076.x
- Safyer, P., Volling, B. L., Schultheiss, O. C., & Tolman, R. M. (2018). Adult attachment, implicit motives, and mothers' and fathers' parenting behaviors. *Motivation Science*. Advanced online publication. doi: 10.1037/mot0000112
- Santiago, J. C., Bucher-Maluschke, J. S., Alexandre, I. F., & Branco, F. (2017). Attachment to peers and perception of attachment to parents in adults. *Psychology*, 8(06), 862-877. doi: 10.4236/psych.2017.86056
- Santos, A. F. V. (2011). *Mães de crianças em idade escolar: Stress parental e estilos de vinculação da mãe e da criança* (Tese de Mestrado Integrado não publicada). Faculdade de Psicologia, Universidade de Lisboa, Lisboa.
- Silva, M. D. G., & Costa, M. E. (2004). Vinculação aos pais e ansiedade em jovens adultos. *Psicologia*, 18(2), 9-32.
- Silva, R. L. (2016). *As representações dos progenitores acerca da relação com os seus próprios pais e mães na sua infância e a sua importância na vinculação ao bebé* (Dissertação de Mestrado Integrado). Faculdade de Psicologia, Universidade de Lisboa, Lisboa.
- Steele, H., Steele, M., & Fonagy, P. (1996). Associations among attachment classifications of mothers, fathers, and their infants. *Child Development*, 67(2), 541–555. doi:10.1111/j.1467-8624.1996.tb01750.x
- Van IJzendoorn, M. H. (1995). Adult attachment representations, parental responsiveness, and infant attachment: A meta-analysis on the predictive validity of the Adult Attachment Interview. *Psychological Bulletin*, 117(3), 387-403. doi: 10.1037//0033-2909.117.3.387
- Weinfield, N. S., Sroufe, L. A., Egeland, B., & Carlson, E. (2008). Individual differences in infant-caregiver attachment: Conceptual and empirical aspects of security. In J. Cassidy & P. R. Shaver (Eds.), *Handbook of attachment: Theory, research, and clinical applications* (pp. 78-101). New York: The Guilford Press.

Weiss, R. S. (1991). The attachment bond in childhood and adulthood. In C. M. Parkes, J. Stevenson-Hinde, & P. Marris (Eds.), *Attachment across the life cycle* (pp.66-76). London: Routledge.